

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS

PÂMELA AZEVEDO ROCHA

A esperança, as possibilidades e os desafios dos adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal. Rumo à conquista de um futuro desvinculado da vulnerabilidade social.

CAMPOS DOS GOYTACAZES  
2016

PÂMELA AZEVEDO ROCHA

A esperança, as possibilidades e os desafios dos adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal. Rumo à conquista de um futuro desvinculado da vulnerabilidade social.

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosany Barcellos de Souza

CAMPOS DOS GOYTACAZES  
2016

PÂMELA AZEVEDO ROCHA

A esperança, as possibilidades e os desafios dos adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal. Rumo à conquista de um futuro desvinculado da vulnerabilidade social.

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Rosany Barcellos de Souza

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ivana Arquejada Faes

---

Assistente Social Michelly Rodrigues Pinto Villaça

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que tem me dado fôlego de vida e motivação até aqui; à minha família, aos meus amigos e meu namorado, que me incentivam e acreditam que eu posso chegar ao lugar que desejar com muita luta.*

## AGRADECIMENTOS

As minhas palavras de gratidão são para as pessoas que estão com o coração agradecido pela nova conquista da minha vida.

Agradeço a Deus, pela porta que abriu para mim na universidade federal que tanto eu pedi; mais uma vez a palavra do Senhor no livro de Mateus 7:7-8 que diz: "Peçam, e será dado; busquem, e encontrarão; batam, e a porta será aberta. Pois todo o que pede recebe; o que busca encontra; e àquele que bate, a porta será aberta" se cumpre na minha vida. Obrigada, Senhor, por me colocar de pé todos os dias, por me dar saúde, renovar as minhas forças e ajudar a manter a minha fé, crendo que a vitória no tempo certo chegaria. E chegou! Louvado seja o nome do Senhor.

Agradeço pelos meus pais, pelo apoio, carinho, atenção e dedicação a mim. Pelos esforços físicos e financeiros sem medida, tudo para que em meus estudos eu tivesse uma caminhada excelente. Não posso me esquecer dos meus avós, tios, primos, irmãs, namorado e amigos, pela preocupação de todos os dias, quanto à viagem de cerca de uma hora.

Agradeço pelo motorista Claudinho, que soube, mesmo numa estrada de riscos, manter a calma e nos proteger juntamente com Deus, para que todos os dias chegássemos a casa com vida.

Agradeço pelos colegas de sala de aula, pela amizade construída e cultivada, principalmente por Laís, Natanny e Polliny, que conviveram comigo nestes cinco anos. Obrigada por compartilhar os momentos vividos durante este tempo.

Aos professores estendo a palavra gratidão, pelos dias de aprendizado, compromisso com a turma. À minha orientadora Rosany, que prontamente se colocou à disposição para continuar a construção do meu TFC – Trabalho Final do Curso, iniciado no nono período. Obrigada por todas as orientações, que sempre aconteciam com um sorriso no rosto e com muita compreensão e dedicação. Deus abençoe a sua vida abundantemente.

Não posso me esquecer jamais das supervisoras e coordenadoras de estágio. Obrigada, Giselly, Michelly, Sara e Camilla, que disponibilizaram todos os seus conhecimentos teóricos e práticos, para somarem com o meu aprendizado em sala de aula. Também sou grata à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivana e à Assistente Social Michelly, por aceitarem o convite de participar da banca deste trabalho e ter me dado o privilégio de compartilhar nossos conhecimentos e aprendizados.

Foram cinco anos de muitos desafios, que hoje se concluem com VITÓRIA!

*“A realização concreta do valor da pessoa humana não depende só do direito. Depende muito mais da consolidação, nos corações e mentes, de uma ética altruísta, voltada para ‘o outro’ ”.*

*(Daniel Sarmiento)*

## **RESUMO**

O presente trabalho traz uma reflexão sobre os adolescentes do Programa Guarda Mirim Municipal, bem como as condições sociohistóricas da vulnerabilidade atual, destacando os adolescentes e suas vulnerabilidades, a economia perversa e as alternativas da Política de Assistência Social. Destaca-se também o assistente social enquanto um profissional que exerce o seu papel no enfrentamento da questão social. Apresentamos a dinâmica do Programa Guarda Mirim Municipal, conhecendo quais as reais perspectivas de futuro dos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade inseridos nesse programa, a partir de suas falas. Abordaremos a temática da adolescência mediada pela dinâmica capitalista repleta de múltiplas desigualdades que influenciam o território (cidades) e o meio social, acarretando consequências no desenvolvimento desses sujeitos, destacando a importância da proteção social material e imaterial da família, do Estado e da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente; Programa Guarda Mirim Municipal; Assistência social; Vulnerabilidades; Capitalismo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>I – AS REPERCUSSÕES DAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS DE VIDA DOS SUJEITOS.....</b>	<b>14</b>
1.1 – Condições Sociohistóricas.....	14
1.2 – A Lógica das Cidades e o Olhar do Serviço Social para as vulnerabilidades.....	22
1.3 – Repercussão da Vulnerabilidade no Âmbito das Famílias e na Vida de Adolescentes.....	27
<b>II – O PROGRAMA GUARDA MIRIM MUNICIPAL NA DINÂMICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>39</b>
2.1 – Destaque do Programa Guarda Mirim Municipal.....	52
2.2 – Repercussões do Programa a Partir da Fala dos Sujeitos.....	64
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>78</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda discussões acerca do tema “Vidas para além da vulnerabilidade: as reais perspectivas de futuro impactadas pela inserção de adolescentes no Programa Guarda Mirim Municipal”. Dessa forma, é necessário explorar as condições sociohistóricas e econômicas desses adolescentes, o território em que vivem, se o programa em que estão inseridos tem a capacidade de proporcionar uma qualidade de vida digna para eles, bem como entender a importância da família, dos amigos, grupo social, mídia, cultura etc., como atores que influenciam positiva ou negativamente o presente e conseqüentemente o futuro desses adolescentes.

Além do contexto social, histórico, territorial e a influência das pessoas na vida dos adolescentes, o trabalho reflete também sobre a ausência de uma proteção social plena que pode acarretar na vida desses adolescentes, uma falta de perspectiva, visão de mundo, oportunidades etc. Pois os adolescentes das classes menos favorecidas já nascem em uma sociedade pronta, numa família “pobre” com várias privações que automaticamente farão esses adolescentes ter sua liberdade tolhida. Assim, os adolescentes, por não contarem com uma proteção social eficaz da sua família, precisam de uma instituição que os acolham, e que faça com que se sintam como sujeitos de direito da sociedade em que nasceram, ao invés de se sentirem discriminados e/ou excluídos socialmente.

O interesse pelo tema surgiu no momento em que conhecemos os adolescentes inseridos no Programa, na experiência de estágio curricular em serviço social e numa breve conversa com a coordenadora do CRAS sobre sua preocupação com esses adolescentes com relação ao futuro, se os mesmos pensam em reproduzir o modo de vida da família ou se têm como objetivo outra perspectiva de viver futuramente, se pretendem não depender de algum programa ou instituição permanentemente.

Nosso foco é estudar a vida dos adolescentes vulneráveis de um determinado território e conhecer o que eles têm idealizado para o seu futuro. Além disso, pretendemos realizar um estudo com os adolescentes que fazem parte do Programa. Estudaremos o problema para conhecer a realidade, o contexto social, realizar uma escuta desses adolescentes de São Fidélis e até mesmo oferecer ao município ou instituições subsídios para que realizem um trabalho na perspectiva proativa, preventiva e protetiva, a partir do conhecimento que vão obter desses adolescentes, podendo proporcionar espaços políticos de reflexão com esses adolescentes, para que os mesmos

participem, analisando a conjuntura atual, sendo criativos com suas propostas de mudança, da ordem societária, percebendo que não podem naturalizar os acontecimentos, e nem se culpar por não terem uma vida de qualidade.

O contexto em que o tema foi desenvolvido é o Programa Guarda Mirim Municipal, um programa oferecido pelo Município de São Fidélis para os adolescentes de 15 a 17 anos, e instituído no Centro de Referência da Assistência Social/CRAS Filotéia Bragança e Duque de Caxias em São Fidélis, duas instituições que comportam profissionais de diversas áreas, inclusive do Serviço Social, e que tem como um dos seus aparatos teóricos para fundamentar a atuação dos Assistentes Sociais a Política de Assistência Social inserida no sistema do bem-estar social brasileiro, concebida como campo da seguridade social. Em 1993 foi promulgada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social como “[...] política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 2001).

O CRAS Filotéia Bragança fica localizado em um bairro pobre, com extremas necessidades e pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Claro que o atendimento não é restrito ao bairro em que está localizado, pois abrange outros territórios de sua responsabilidade. Porém, nesse cenário vários problemas foram identificados e que precisam de mais atenção dos profissionais internos e externos: o rodízio dos profissionais contratados na instituição, o número de demanda expressivo de Cesta Básica, os adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal experimentando drogas ilícitas, a ausência de recursos materiais e humanos no CRAS para os profissionais trabalharem e as perspectivas de futuro que esses adolescentes vulneráveis do programa têm do seu futuro.

O tema será abordado com base em pesquisa bibliográfica, pois assim nos possibilitará um estudo exploratório de obras de autores que já trataram de alguma maneira sobre o tema delimitado. Dessa maneira, nos embasamos em autores como: IAMAMOTO (1983/1999); BOBBIO (1992); CASTEL (1998); ROCHA (2002); ALMEIDA (2004); COUTINHO (2005); KAUCHAKJE (2007); SEMZEZEM (2008); CALLIGARIS (2009); OLIVEIRA (2009); NETTO (2011); BARROCO TERRA (2012); COELHO (2012); AZEREDO (2015); dentre outros, para melhor compreensão do estudo.

A pesquisa bibliográfica para Lima e Miotto (2007), “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.” Desse modo, o pesquisador precisa estar atento e conhecer o objeto de estudo para realizar essa pesquisa com a perspectiva de entrar no processo de reflexão crítica, na intenção de ampliar o conhecimento, formular uma síntese, que será transformada em texto.

Para isso, este trabalho foi pensado e produzido da seguinte forma: no capítulo primeiro, procura-se enfatizar as novas configurações da questão social nos territórios, como ela percute na vida dos adolescentes agora e como interferirá no futuro, na juventude, caso esses sujeitos não possuam mecanismos de defesa para enfrentar as vulnerabilidades sociais advindas do contexto histórico, social, econômico e cultural. Nele falaremos do território urbano, das cidades, e como o serviço social precisa ter um olhar reflexivo para as vulnerabilidades presentes neste espaço no âmbito da família e na vida dos adolescentes, onde a educação pública é desqualificada, a saúde, precária, sem oportunidades de emprego, geração de mais pobreza, tráfico de drogas etc. Se os responsáveis por esse território não agirem, todos esses problemas podem perdurar na vida desses adolescentes.

No capítulo segundo apresenta-se o Programa Guarda Mirim Municipal de São Fidélis na dinâmica da assistência social, onde há uma descrição do programa culminando os objetivos que pretendem alcançar com os adolescentes, no que tange ampliar as condições de mobilidade social a partir do conhecimento que adquirem a partir das palestras, eventos e o setor de serviço em que estão inseridos, promover a inclusão social, o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, favorecer o protagonismo dos jovens e a integração de serviço e transferência de renda.

Concomitantemente, o capítulo destaca as falas dos sujeitos entrevistados através da pesquisa qualitativa com os adolescentes do Programa Guarda Mirim Municipal do CRAS Filotéia Bragança e Duque de Caxias em São Fidélis, bem como as considerações finais, que apontam as reflexões realizadas neste Trabalho de Conclusão de Curso.

No total, são 83 adolescentes que participam ativamente do programa. Como não temos tempo hábil, vamos potencializar a pesquisa com 17 adolescentes, ou seja, com uma amostra de 20% dos participantes do programa. Esse instrumento que será utilizado tem como respaldo as perguntas inerentes à situação de vulnerabilidades em que eles vivem e quais as perspectivas de futuro que eles têm para além dessas vulnerabilidades.

A fonte de informação da pesquisa se dará a partir de entrevista com uso de gravador e com roteiro pré-fixado, a fim de analisar e validar as respostas.

Esse instrumento será utilizado porque tornará o trabalho mais rico no que tange a aprofundar a teoria do programa através da coleta de dados dos adolescentes, que possibilitará interpretar o fenômeno programa social Agente Mirim, pois Neves (1996, p. 01) *apud* Maanen (1979, p. 520) destaca que a pesquisa tem como objetivo “traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.” Bem como, *apud* Manning (1979, p. 668) desenvolver a análise em um determinado “território a ser mapeado”.

Análise qualitativa das falas transcritas a partir da entrevista com o uso de gravador, que possibilitará a obtenção desses conteúdos escritos. Ou seja, a organização dos dados se dará a partir do recorte das falas dos adolescentes entrevistados, havendo reflexão, verificação das respostas, os consensos e oposições. Pretendemos divulgar os resultados devolvendo o trabalho para os profissionais que têm uma relação direta com eles e para todos os adolescentes inseridos no programa, incluindo aqueles que não forem entrevistados.

Para tanto, a teoria que vai fundamentar a minha pesquisa é o Materialismo Histórico Dialético, pois nos permitirá captar os fatos (realidade) sociais com vistas à transformação da realidade em sua totalidade, pois o método traz em si esta proposta. Portanto, este caminho nos permitirá caminhar do fato imediato para o mediato, num circuito de relações. O método Dialético permite-nos apreender a realidade sob dois olhares e perspectiva, levando-nos a uma reflexão crítica sobre o tema estudado. Será um esforço sistemático e crítico para descobrir a estrutura oculta desta realidade, entendendo a parte e o todo.

Os objetivos que buscamos alcançar com a realização da pesquisa com 20% dos adolescentes inseridos no programa foram conhecer as perspectivas de futuro dos adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal, compreendendo a situação de vulnerabilidade dos adolescentes inseridos no programa, bem como analisar qual ou quais as variáveis socioculturais e históricas estão influenciando a vida dos adolescentes que participam do programa, assimilando, assim, o que o Programa Guarda Mirim Municipal contribuiu na vida desses adolescentes e examinando a proteção social oferecida pela família e conhecendo quais mecanismos de proteção

social o território tem ofertado para os adolescentes enfrentarem a vulnerabilidade social.

Pretende-se, assim, proporcionar para o leitor e para os envolvidos no Programa Guarda Mirim Municipal, adolescentes, um trabalho que traga respostas reflexivas acerca de sua realidade nos âmbitos familiar e territorial.

## **CAPÍTULO I – As Repercussões das Novas Configurações da Questão Social nos Territórios de Vida dos Sujeitos**

### **1.1 – Condições Sociohistóricas**

A ideologia neoliberal começou a dominar a sociedade nos anos 1930 do século XX. Uma economia que influencia a vida do ser humano em todos os aspectos: psicológico, estrutural, cultural, físico e social transformou o homem em um indivíduo “consumista, possessivo e calculista”, bem como suas relações sociais.

(...) O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerando atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como uma liberdade de mercado). (...) (NETTO; BRAZ, 2011, p. 236)

Nesse sentido, os indivíduos vão estar propensos a adquirirem o melhor emprego, a melhor casa, o melhor carro, a melhor roupa e mais dinheiro, pois essa economia neoliberal permite uma liberdade de mercado que tanto os produtores como os consumidores são livres para produzir e consumir, sendo diferente da economia oligopolista, que dá oportunidade de outros indivíduos atuarem no mercado. Só que além de essa ideologia infiltrar a competição e a possessão, também vai gerar “propósitos privados”, que conseqüentemente trarão desigualdade social, como destacam Netto e Braz, na citação acima. Sendo assim, essas duas características supracitadas começam principalmente afetando o Estado na sua forma de intervir na economia, ao ampliar o bem-estar social, através do papel que assume, de regulador do mercado em todos os setores, com a finalidade de produzir bens e serviços de melhor qualidade a preços mais baixos para os consumidores. Isso o Estado tenta fazer, porém não tem êxito devido às crises financeiras e a inflação em alta. Dessa forma, na década de 1970 os preços só aumentavam.

Podemos perceber como Estado regula muito mal a economia no âmbito social, pois não tem exercido sua democracia. Deixa de auxiliar os sujeitos sociais que têm sofrido desigualdade social, resultante dessa economia de mercado.

No capitalismo contemporâneo, observamos o retrocesso das conquistas do movimento operário e da classe trabalhadora, no que tange aos direitos sociais e às

relações com o trabalho. Para tanto, essa ideologia prega a redução das injustiças sociais, mas na verdade o Estado tem tirado de cena as garantias sociais já estabelecidas por lei. Nesse debate, Netto e Braz (2011) afirmam que o Estado tem sido mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Mínimo também para a saúde, educação, previdência social, habitação, meio ambiente, assistência social etc., pretendendo privatizar todos esses serviços. Ora, com essa ideologia neoliberal que oportuniza essa liberdade de mercado, só se reforça como esse sistema é ganancioso, comprando até a liberdade dos indivíduos, que é regulada.

O capitalismo contemporâneo é um sistema historicamente construído que ganha força como um sistema planetário na entrada do século XXI, aposta no modo de produção capitalista, no qual a classe burguesa tem a propriedade privada desses meios de produção com o objetivo de constituir o lucro para reforçar o seu protagonismo social, e a classe trabalhadora sofre uma exploração por vender a sua força de trabalho, com vistas para reproduzir a mais-valia, e em consequência disso fica socialmente prejudicada.

Isso mostra que a força de trabalho assalariada é uma mercadoria no capitalismo e o capital é quase todo concentrado nas mãos da burguesia. Assim, a relação capital e trabalho gira em torno do negócio. A burguesia, detentora de todo o poder, além de dominar a economia pela propriedade privada sobre os meios de produção também domina a política, ao se apropriar do Estado, tornando-o um Estado burguês (representantes políticos, mídia etc.) para garantir a reprodução do capital e construir um aparelho repressivo (exército, polícia) para controlar, repreender a classe trabalhadora. Ainda, a burguesia tem a dominação ideológica a seu favor com a ideia de manipular através de seus valores e crenças os trabalhadores para que se acomodem, aceitem e sejam passivos diante de toda a lógica de mercado.

Por mais que o capitalismo vise o progresso na história, na sua totalidade ele não consegue, ao mesmo tempo, evoluir a economia, beneficiar o social e os sujeitos que estão inseridos nessa sociedade globalizada. Grande parte dos trabalhadores vivem na pele o pauperismo, o desemprego, o subemprego, os serviços públicos reduzidos, a exploração do trabalho, enquanto a burguesia vive consumindo, experimentando o luxo e simplesmente oferecendo uma assistência social refilantropizada para suprimir essa pobreza. Nada é feito para isso mudar? Porque não criar medidas qualificadas para as pessoas saírem da pobreza, da miséria, da vulnerabilidade e do risco social presentes em sua vida e que só causam insegurança e instabilidade?

Com a burguesia no comando o Estado acaba por reforçar essa refilantropização, ofertando políticas sociais focalizadas e eliminando os direitos já garantidos por lei. E se esse sistema continuar nessa direção, o que vai restar para o mundo contemporâneo é uma nova barbárie, que vai agravar e intensificar as expressões da questão social. Por isso é necessário que o capitalismo saia de cena e outro sistema seja planejado e operacionalizado de forma que atenda às necessidades de todos os cidadãos. Mas para isso acontecer, os sujeitos sociais precisam lutar e analisar politicamente a atual conjuntura e pensar nas alternativas e ações políticas que vão direcionar uma escolha consciente de uma sociedade que não aguenta mais viver em riscos.

Esse quadro do capitalismo contemporâneo é determinado, em última instância, pelas relações sociais de produção burguesa e, na medida em que tais relações forem mantidas, ele será agravado e cronificado. Nenhuma reforma do capitalismo tem condições de revertê-lo: ele é a resultante, nas condições contemporâneas, do movimento do capital e do seu comando sobre a sociedade. E constitui, precisamente, a *nova barbárie* a que nos referimos. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 255)

O Estado é um órgão que assumiu o poder de governar a partir de 1930, pois ainda em 1920, a Igreja exigia por poderes superiores ao Estado, ocupando o primeiro lugar na ordem hierárquica. Como a Igreja não estava mais dando conta das mazelas que surgiam na sociedade, da questão social sendo reconhecida como um caso de política, o Estado assume o papel de se responsabilizar pela sociedade para promover o bem-estar social, mas na verdade isso não ocorreu. Esse Estado não cumpria com o seu dever de garantir o bem comum, mas mantinha a ordem através de ações repressivas.

No início dos anos de 1970, outra crise veio à tona, atingindo e trazendo grandes consequências desastrosas para os indivíduos do mundo capitalista. A crise financeira do comércio internacional e a inflação crônica associada ao baixo crescimento econômico<sup>1</sup> foram os destaques desse ano. Por mais que a economia baseada no livre mercado global tenha trazido crescimento e prosperidade para o capitalismo, também trouxe desigualdades, injustiça social e pouquíssimos gastos nos sistemas de proteção social.

---

<sup>1</sup> Para efeito de aprofundamento, ver: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996 e WEBER, Alfred. *Economía Mundial*. Barcelona: Labor, 1955.



De lá para cá, o crescimento da pobreza e da desigualdade social foram os maiores desastres desse modelo capitalista neoliberal. Com a crise, grandes consequências socioeconômicas proporcionaram a exclusão social dos indivíduos que não tinham como se defender, assim adquirindo passivamente vulnerabilidades sociais. Até hoje, as desigualdades sociais, pobreza, exclusão social, fragilidades e riscos sociais são presenciados na vida de muitos cidadãos, que pensam, almejam, lutam por um futuro melhor, que lhes garanta proteção social plena, e não um futuro instável, no qual os cidadãos de fato não são reconhecidos como cidadãos de direitos políticos e sociais. Principalmente os cidadãos que residem em territórios periféricos, que são desligados, desvinculados da sociedade em si.

A questão social desde os seus primórdios aparece quando os trabalhadores se colocam como protagonistas e se conscientizam do seu sofrimento, e a partir disso se manifestam, saindo das fábricas e tornando o problema público. Ou seja, a questão social era vista como sinônimo de pobreza, porém Iamamoto (1999) afirma que, em sua amplitude, ela é um conjunto das expressões de desigualdades sociais presentes na sociedade decorrente do sistema capitalista maduro, que afeta diretamente nas condições sociais estruturais/fundamentais gerando a vulnerabilidade que, segundo Kauchakje (2007), pode ser caracterizada por pobreza, desemprego de longa duração, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social e discriminações étnicas, de gênero ou por deficiência.

Carvalho e Iamamoto (1983) expressam a partir da sua linguagem escrita que a

“questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social da contradição entre o proletariado e a burguesia a qual passam a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983)

Por mais que a classe trabalhadora comece a exigir outro tipo de intervenção do Estado, e o mesmo encontre meios para enfrentar e/ou minimizar a questão social e as vulnerabilidades que ela acarreta na vida dos sujeitos, possui equipamentos escassos, que não asseguram os direitos garantidos na Constituição, a democratização da riqueza e muito menos a justiça social.

Quando a rede de serviços e equipamentos sociais é insuficiente e ineficiente, ou quando existe dificuldade de acesso a ela por parte da população, a rede se torna um dos fatores geradores ou que agravam a vulnerabilidade e o risco sociais. (KAUCHAKJE, 2007, p. 38)

Um fator importante para que os sujeitos tenham suas necessidades atendidas em todos os serviços sociais é o trabalho em rede, que possibilita às instituições que trabalham com um determinado serviço, mesmo estando distante fisicamente, desenvolver mecanismos que estabeleçam uma conexão entre os profissionais para que os sujeitos atendidos, e os que dependem daquele serviço, possam, a partir da rede, encontrar a solução para o seu problema. Porém o trabalho em rede não tem acontecido com êxito. Não generalizando, mas os profissionais e muito menos a gestão social não têm se organizado para tal.

Diante disso, os sujeitos devem se unir e constituir um espaço de lutas para conquistar uma proteção social que proporcione melhorias em suas condições de vida, bem como caminhar na direção de consolidar um projeto de uma nova sociedade. Por mais que isso ocorra em longo prazo, o que não pode acontecer é a desistência de lutar por uma sociedade justa que emancipe humanamente os sujeitos.

Pois nenhum serviço social (assistência social, saneamento, saúde, educação, defensoria pública etc.) dá conta de atender àquele sujeito na sua plenitude se a demanda também pertence a outros setores, então, dependendo da demanda, precisará acionar outro serviço, ou seja, acionar a rede para continuar o atendimento, e automaticamente defenderá intransigentemente o acesso a um direito. Se a rede funcionar como deve, onde os profissionais tenham um relacionamento, uma organização que permite compartilhar e articular as ações dos sujeitos que dependem dessa rede, a mesma não vai ser um equipamento que gere e/ou reforce a vulnerabilidade social, mas um equipamento que, bem desenvolvido, atuará no enfrentamento da questão social, bem como da vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social ganhou mais força ainda neste sistema capitalista que transformou a sociedade, o modo de produção, a economia, as relações sociais, o modo de vida dos sujeitos etc. Um processo de reprodução e acumulação do lucro no qual a desigualdade social se aprofunda entre as classes, cidades, regiões e nações, a partir das expressões da questão social que começaram a surgir nesse sistema quando a classe trabalhadora se conscientiza do seu sofrimento e começa a se manifestar em busca de

um trabalho, um salário, uma vida digna, seu reconhecimento como classe exigindo outros tipos de intervenção, além da caridade e da repressão.

A representação da vulnerabilidade social não é algo natural, e sim histórico, podendo estar presente no âmbito da saúde, da habitação, da família, do ambiente, da economia, da educação etc., isto é, a vulnerabilidade das questões. Sendo assim, o sujeito acaba sendo acometido pelas consequências da transformação, principalmente a classe trabalhadora, que nesse cenário já é empobrecida, e sente ainda mais em sua vida particular as causas desse sistema que proporciona uma vida social precária, o acesso mínimo aos bens e serviços produzidos nessa sociedade, nos quais os recursos materiais e simbólicos são mais ausentes do que presentes na vida dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora, e isso afeta a garantia de sobrevivência desses.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. (MONTEIRO, 2011, p. 34)

O que Monteiro muito bem expõe acima é que a vulnerabilidade social está ligada aos sujeitos e grupos a partir do que eles possuem, de sua propriedade, de seus recursos materiais e simbólicos e as habilidades que se tem para conseguir um espaço nessa sociedade tão exigente, que impõe regras e restringe a liberdade do indivíduo. Como esse sujeito vai conseguir uma qualidade de vida, inserido nessa sociedade que constrói socialmente mais vulnerabilidade social do que oportunidades para esses sujeitos de direitos conquistarem emancipação humana, autonomia e uma vida com proteção social plena? Pois esses sujeitos cotidianamente vivem desprotegidos no trabalho, na saúde, na educação, na habitação etc., e de modo geral desprotegidos economicamente.

Porém Monteiro se refere a Abramovay *apud* Guareschi (2007), que destaca que essa vulnerabilidade social não se restringe somente ao aparato econômico, mas também está imbricada à raça, orientação sexual, gênero e etnia que os sujeitos ou grupos escolhem ou estão inseridos.

Mais uma vez em seu artigo, Janczura (2013, p. 303) se apropria de Oliveira (1995), ao se referir que a vulnerabilidade é causada principalmente pelo fator econômico, fator esse que é muito priorizado nesta sociedade capitalista através do mercado de trabalho, do consumismo que faz com que o lucro se concentre somente na

mão de alguns, dos grandes empresários. E esses detentores do capital, gerado pela grande massa de trabalhadores e os outros agentes sociais (família, escola, grupo de iguais e meios de comunicação de massas), podem ser os responsáveis pela vulnerabilidade existente do indivíduo ou grupos sociais. Pois esses agentes sociais, as pessoas, têm o poder de causar algum efeito na vida dos outros indivíduos, sendo esse efeito negativo ou positivo, porque vivemos a partir das relações sociais. Sempre o indivíduo vai estar envolvido com outros indivíduos, no que diz respeito a troca de ideias, experiências, desejos, tristezas, conflitos, etc.

Além disso, o autor entende que a resolução ou atenuação da vulnerabilidade reside, exatamente, no econômico. Em sua opinião, “os grupos sociais vulneráveis se tornaram vulneráveis, pela ação de outros agentes sociais” (p. 09). Isso é importante “não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas também porque identifica processos de produção da discriminação social”. As políticas sociais públicas, nas palavras de Oliveira (1995), apesar de atenuar as vulnerabilidades, não esgotam o repertório de ações que se situam muito mais no campo dos direitos. (JANCZURA, 2012, p. 303)

Com isso, salienta a importância e a necessidade de ampliar as ações dessas políticas em direção ao direito social, de minimizar as vulnerabilidades. É necessário se apropriar de políticas preventivas, proativas e protetivas, que evitem as vulnerabilidades sociais dos sujeitos, mulheres, crianças, idosos, negros, homens, deficientes, trabalhadores, empresários, adolescentes, gays, enfim, de todos os segmentos populacionais.

Ainda Oliveira (1995 apud JANCZURA, 2012, p. 303) enfatiza a vulnerabilidade social e econômica falando por dois vieses. Primeiro que autores, estudiosos, teóricos e profissionais fazem uso dessa categoria de forma geral, não especificando a vulnerabilidade que os indivíduos estão vivenciando, quais de fato, são as carências dos mesmos para que sejam conhecidos como pessoas vulneráveis. Não basta dizer que aquele ou esse é vulnerável; é necessário identificar a vulnerabilidade para que ela seja tratada antes que aquele ou esse sujeito entre em um estágio de risco social. O outro viés é que a vulnerabilidade social pode estar presente no cotidiano de qualquer indivíduo, independente da sua classe, raça, orientação sexual, gênero, religião, região, geração etc., pois qualquer indivíduo, sendo ele pobre ou não, indigente ou não nesta sociedade, não está livre de sofrer qualquer consequência negativa por parte da economia, do social, da cultura, da biologia etc.

A ideia de Oliveira (1995, p. 18), de que a vulnerabilidade dos grupos sociais somente poderá ser eliminada desde que se “transite de uma noção de carências sociais para o terreno de direitos sociais”, parece ser interessante. Direitos e cidadania são conceitos contemporâneos que implicam promover as habilidades dos indivíduos e da coletividade em compreender, analisar, refletir e conscientizarem-se sobre o mundo que os cerca, interagindo, tornando-se um agente e membro de grupo participativo e criativo e, portanto, gerando desenvolvimento pessoal e social. (JANCZURA, 2012, p. 303)

A vulnerabilidade social é analisada por muitos autores como sendo falta de algo na vida da pessoa ou grupo social. Carneiro e Veiga (2004) *apud* Janczura (2012) apontam principalmente as carências de recursos materiais e imateriais que estão no cotidiano dessas pessoas. Porém Oliveira (1995) *apud* Janczura (2012) traz a necessidade de refletirmos a vulnerabilidade no campo do direito, porque assim as oportunidades dessas pessoas não estarem diante dessa vulnerabilidade é maior.

Com o enfraquecimento do Estado nacional e social, indivíduos e grupos que sofreram as mudanças socioeconômicas e que intervieram desde os meados dos anos 1970, sem ter a capacidade de controlá-las, encontram-se em situação de vulnerabilidade. Assim, surgem uma insegurança quanto ao futuro e uma confusão que também pode alimentar a insegurança civil, sobretudo em territórios como as periferias, onde se cristalizam os principais fatores de dissociação social. (JANCZURA, 2012, p. 306)

Motta e Yasbeck (1995) ressaltam que, a partir da década de 1990, o Estado Neoliberal não tem responsabilidade com o enfrentamento das expressões da Questão Social. É um Estado assistencialista que mercantiliza as políticas sociais, os direitos, ao assumir uma atuação voltada para a re-filantropização, transferindo parte da responsabilidade para as organizações da sociedade civil. Assim, há uma desresponsabilização parcial do Estado no campo das políticas sociais ao atribuir programas seletivos de combate à pobreza, dando ênfase na focalização dos mais pobres. Dessa maneira, o direito deixa de ter um caráter universal.

Do ângulo deste ensaio, convém reafirmar que os déficits nos aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania continuaram amplos nos anos 1990. Não cabe aqui detalhar as inúmeras formas de vulnerabilidade quanto ao emprego, aos serviços de proteção social ou ao aumento da violência criminal, mas ressalte-se que esses processos produziram um campo de investigações centrado na questão da fragilização da cidadania, entendida como perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos privados — dinheiro, poder, influência — para enfrentar as intempéries nas *metrópoles do subdesenvolvimento industrializado*. (KOWARICK, 2002, p. 15)

Nos anos 1990, a ausência de emprego, de serviços de proteção social e principalmente a efetivação dos direitos garantidos na Constituição aumentaram devido à desresponsabilização do Estado, que conta com instituições políticas, sindicais ou comunitárias insuficientes, e que só provê ações mínimas e que implanta políticas compensatórias, ao invés de proporcionar aos cidadãos políticas sociais e direitos universais, permitindo que esses cidadãos sejam protagonistas nesse cenário. A política pública deve promover a autonomia, uma cidadania através da qual o indivíduo poderá livremente participar, colocar suas necessidades materiais e imateriais, bem como conquistar, segundo o autor, recursos privados (dinheiro, poder, influência) para conseguir viver conscientemente nesta sociedade contraditória e perversa que se tornou com a globalização capitalista.

O Brasil vive até hoje grandes consequências socioeconômicas e civis devido às crises econômicas, às mudanças de governo e à prática da política referente aos anos de 1950 a 1970. Piquet (1979) faz menção da

“atuação do Estado quanto à organização do espaço e à problemática intra-urbana tem sido sempre dirigida para promover e ampliar as necessidades imediatas do processo produtivo. Quando voltada para provimento do consumo coletivo, procura apenas controlar as tensões produzidas pela materialização no espaço dos processos de discriminação econômica e social.” (p. 03)

O Estado, com essa perspectiva, interfere muito nos sistemas públicos de proteção social, tornando-a fragilizada, precária, seletiva, compensatória, em vez de planejar uma política que ofereça bens e serviços qualificados. Nessa conjuntura atual ao olhar ao redor, presenciamos como os serviços públicos têm sido prejudicados bruscamente pelo poder econômico, por este não repassar verbas para que funcione na perspectiva de garantir os direitos. Isto é, a vulnerabilidade civil permanece em cena por carência dos benefícios, dos direitos civis e sociais estarem sendo trocados pela propriedade privada, pelo lucro financeiro de alguns, pela corrupção, pelo roubo de verbas públicas, que tem acontecido em grande escala.

## **1.2 – A Lógica das cidades e o Olhar do Serviço Social para as vulnerabilidades**

Como proteger e garantir direitos sociais a todos os segmentos populacionais com uma conjuntura atual que só idealiza o ter, o *status quo*, que só produz violência, pobreza, desigualdade, marginalização, estresses, doenças, desemprego e subemprego, exploração do trabalho, expressões da questão social multifacetada? Para tanto é possível pensar em um sistema democrático que consolide reformas sociais e econômicas na direção de ampliar direitos de cidadania e para de retrocedê-los nessa contradição capital/trabalho.

Estreitamente ligado à questão social, o processo de urbanização brasileira, com altos índices de exclusão e segregação urbana, é a causa mais comum das situações de vulnerabilidade e risco nas cidades.

Devido à segregação e à exclusão urbanas, vivemos como se cada cidade tivesse cercas e fronteiras imaginárias em seu interior que definem o lugar de cada morador (...). (KAUCHAKJE, 2007, p. 36)

O processo de urbanização começou a partir da industrialização, que traz crescimento das indústrias, tecnologias, bem como a concentração da população. Assim, essa infraestrutura não só se expande no espaço urbano, mas em todo lugar, como no interior. Desse modo, a urbanização, juntamente com a industrialização, domina a vida social, acarretando a questão urbana, que se concentra na representação social, nos trabalhadores e nos consumidores, e a questão social, que se manifesta no nível social e em todos os lugares (cidades, espaço rural, sociedade).

Partindo dessa premissa, o capitalismo se desenvolve corroborando profundas desigualdades regionais, devido à relação capital *versus* trabalho, que engloba a força de trabalho dos trabalhadores, um conjunto de capitalistas com a maior parte da riqueza socialmente produzida, o consumo coletivo e serviços de infraestrutura.

Diante disto, vários problemas surgem nos territórios, interferindo na vida dos sujeitos. Um problema é o acesso à cidade, que nem todos tem o direito. Isso faz com que as cidades se organizem de forma hierarquizada, com áreas para os nobres nos grandes centros e melhores bairros e áreas periféricas para a população menos favorecida por causa das suas condições históricas, econômicas, culturais etc.

A partir disso, a urbanização<sup>2</sup> é excludente ao invés de ser acolhedora, pois os sujeitos que saíram da área rural, de outras cidades ou países com a intenção de

---

<sup>2</sup> Em termos da legislação no Estatuto das Cidades, a urbanização avançou. Na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no Art. 2, vemos que “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento

conseguir um trabalho e se estabilizar não foram contemplados. A vida digna que buscavam foi por água baixo, e o que conseguiram nesse espaço urbano, em sua maioria periférico, foi desemprego, trabalho precarizado, serviços de transporte, saúde, educação e segurança incapazes de oferecer uma vida melhor. O que esse espaço proporcionou para os sujeitos e famílias foram a exclusão social de um lugar que por direito pertence a eles, o agravamento e o surgimento de vulnerabilidades por não terem serviços sociais que atendam a suas carências e necessidades.

Não pensar só em garantir os direitos sociais, mas a partir de espaços físicos, juntamente com outras pessoas, discutirmos a realidade atual, a conjuntura em que está inserida, exercitar a cidadania participando politicamente e coletivamente de momentos que poderão juntos analisar, refletir, compreender, criticar, mas também levantar propostas criativas e embasadas de argumento, para que haja mudança nessa sociedade contemporânea. E essa mudança não é só para os governantes, os que estão no poder; a conscientização precisa chegar a qualquer cidadão, pois cada um que se conscientizar que estar e viver nesse mundo de desigualdade social, discriminação, exclusão, vulnerabilidades e riscos sociais não é natural, mas histórico, e parar de viver neutro diante de toda essa situação, vai mudar a perspectiva com o objetivo de buscar soluções. E uma das soluções, segundo os autores, é incluir cada cidadão nos setores públicos que pertence a eles, pensar em estratégias que viabilizará melhoria, qualidade de vida e mobilidade social.

As afirmações contidas neste ensaio não ignoram que os grupos, categorias e classes sociais se movimentam ou se mobilizam na luta pela conquista de seus direitos. Elas simplesmente enfatizam que no cenário atual de nossas cidades estão em curso amplos processos de vulnerabilidade socioeconômica e civil que conduzem ao que pode ser designado como *processo de descidadanização*. Daí seu título: "Viver em risco". (KOWARICK, 2002, p. 30)

Atualmente, homens, mulheres, adolescentes, idosos, sujeitos sociais que têm se sentido desprotegidos, têm se mobilizado coletivamente através dos movimentos sociais<sup>3</sup> e outros mecanismos para lutarem não por novos direitos sociais, mas por

---

das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as diretrizes gerais contidas nos incisos do I ao XVI”.

<sup>3</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST; Movimento feminista; Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento Passe Livre; Movimento estudantil brasileiro; LGBT; Pastoral da Juventude; Novos Movimentos Sociais. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Movimentos\\_sociais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Movimentos_sociais).



direitos que já estão escritos, garantidos na Constituição, nos estatutos, nos decretos, nas normas que não são efetivadas e sim destituídas. Até quando isso vai continuar? Até quando essa sociedade vai evoluir economicamente sem a perspectiva do direito viabilizado?

Os segmentos sociais têm lutado por liberdade, cidadania plena, democracia, equidade, qualidade dos serviços, uma nova ordem societária que não chegue a “viver em risco” por ter seus direitos civis, sociais e políticos negados. Esses que lutam precisam mobilizar a consciência daqueles que naturalizam as vulnerabilidades, que são neutros diante dessa ordem, senão o processo da descidadanização vai se perpetuar de geração em geração.

Nesse processo de construção e reconstrução de direitos, estão os profissionais do Serviço Social, inseridos nas equipes. Desse modo, a luta parte não só dos sujeitos sociais atendidos pelo Serviço Social, mas também dos assistentes sociais que registram no seu Código de Ética a liberdade, a cidadania, a democracia e a equidade como um dos princípios primordiais na sua prática profissional, bem como na vida em sociedade e nas relações sociais. A liberdade é o primeiro princípio do código, sendo ele um valor ético central na vida dos sujeitos, pois o mesmo vai garantir a democracia, a autonomia e a emancipação humana. O CEFESS (Conselho Federal de Serviço Social), 1993, afirma que o indivíduo, ao adquirir essa liberdade, evidentemente erradique todos os processos de “exploração, opressão e alienação” na vida dos mesmos.

A cidadania, o terceiro princípio no Código de Ética, é considerada tarefa primordial para toda a sociedade na direção de garantir os direitos civis, sociais e políticos dos sujeitos.

Coutinho (1997) esboça que o processo de cidadania, em sua ampliação, interfere na ampliação do Estado, em que o novo Estado não pode ser apenas o comitê executivo das classes dominantes, mas ser um Estado de direitos, que abrange todo cidadão.

Embora exista a cidadania, ela não é plena. Só se vai realizar uma cidadania plena, uma soberania popular, a verdadeira democracia, se existir uma sociedade sem classes – uma nova sociabilidade.

O quarto princípio do referido código ressalta a democracia como um espaço de participação política e da riqueza socialmente produzida, onde todos os cidadãos devem participar igualmente dessa distribuição e ter voz na política. Observamos que isso é negado, pois até hoje, em 2016, os sujeitos só têm mais poder na urna eletrônica, e a

riqueza é muito mal distribuída, pois muitos cidadãos precisam de benefícios para sobreviver e outros chegam a passar fome.<sup>4</sup>

Para tanto, a equidade, o quinto princípio desse código, apresenta algumas dificuldades para se fazer presente na vida de alguns sujeitos, pois a equidade “assegura universalização de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais”, como sinaliza Barroco e Terra (2012), porém muitos não conseguem esse direito que assegura o atendimento de suas necessidades e muito menos poder, com sua própria habilidade e capacidade de atender às mesmas. Assim, a justiça social não entra em cena e sim o direito violado, e, conseqüentemente, as desigualdades.

Por isso, o assistente social, nas suas ações profissionais, deve cotidianamente lutar para garantir esses princípios supracitados, para que o seu público-alvo seja o protagonista de sua história.

A diminuição da vulnerabilidade desses grupos está ligada, na opinião do autor, à retomada do crescimento econômico do país dentro de um novo modelo e em níveis que possam ofertar empregos capazes de reempregar quem foi desempregado e empregar os que estão ingressando na idade de trabalhar. Mas, se não ocorrer essa retomada, segundo Oliveira (1995), a concentração da renda continuará produzindo indigentes do mercado informal de trabalho. (JANCZURA, 2012, p. 303)

Nesse sentido, os grupos de pessoas conhecidas por essa sociedade como pobres, indigentes, adquirem uma vulnerabilidade decorrente do mercado da força de trabalho, em que essas pessoas trabalham muito e não possuem um salário digno para que deixem de pertencer a esse grupo vulnerável, ou aquelas pessoas que nem estão inseridas no mercado de trabalho por não haver vaga, ou por elas não serem capazes ou não de possuírem habilidades que preencham os requisitos do emprego. Porém Oliveira (1995) sinaliza mais com relação ao emprego, afirmando que, para que haja crescimento de postos de trabalho, o modelo econômico precisa assumir outra direção, que é o de ampliar as oportunidades de trabalho para os desempregados e para aqueles que ainda vão ingressar no mercado de trabalho.

---

<sup>4</sup> O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – calculou que em 2013, 52,05 milhões de pessoas passavam por algum tipo de insegurança alimentar, sendo 7,2 milhões do tipo mais grave. A população que sofria com a insegurança alimentar grave, e que estava ameaçada de passar fome eram as crianças entre 0 a 4 anos (4,8% do total), e crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (5%). Disponível em: [www.valor.com.br](http://www.valor.com.br). Acessado em: 19/10/2016.

### **1.3 – Repercussão da Vulnerabilidade no Âmbito das Famílias e na Vida de Adolescentes**

A família apresenta um lugar central na sociedade em diferentes tempos históricos em relação ao seu papel de promoção de bem-estar e proteção social. Essa é uma forma que antecede o modo de proteção estatal e sempre esteve presente como fonte de proteção primária na sociedade. E diante da ineficácia, no sentido de impossibilidade do Estado em responder às novas demandas que surgem na sociedade, estas famílias acabam por ficar sobrecarregadas.

Teixeira (2008) relata que a partir das transformações no contexto econômico e político, os sistemas de proteção social também sofrem modificações, uma vez que a sociabilidade secundária – que são as ações protetivas realizadas pela esfera do Estado – não consegue alcançar determinadas demandas, além de propor a racionalização dos gastos com as políticas públicas e sociais. Assim, a atenção primária é incentivada pelo Estado a assumir a responsabilidade de atender a tais demandas, tornando-se muitas vezes a única forma de proteção social.

É essencial mostrar que a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais. Assim, uma família que conta com orientação e assistência para o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, bem como acesso a serviços de qualidade nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, também encontrará condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras, bem como para compreender e superar suas possíveis vulnerabilidades. (PNCFC, 2006, p. 27)

O que o Estado tem feito para suprir a falta dos direitos sociais garantidos em leis é ofertar programas para essas famílias e adolescentes, pois incluindo esses sujeitos vão ter a oportunidade de superar suas vulnerabilidades sociais a partir do que o programa vai oferecer, pois cada programa tem seu público-alvo, seus objetivos e finalidades.

Cabe destacar que a família é uma instância fundamental e ocupa centralidade nas políticas públicas, haja vista que o Estado não consegue assumir sozinho a proteção social. Contudo, quando a família possui o acesso aos serviços assistenciais e às políticas, acaba se fortalecendo, tornando-se possível e mais eficaz a possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social. Portanto, o lugar no qual a família está

inserida e a possibilidade de acesso aos equipamentos públicos disponíveis em tal território são determinantes para as suas condições de vida.

A família constitui um espaço de proteção social primária de abrangência a todos seus membros, porém não substitui a proteção social pública. Quando a proteção social familiar é fortalecida pelas políticas públicas, pode desempenhar um importante papel a proteção social de seus membros através de serviços prestados de apoio material e de fortalecimento de vínculo, pois o nível de proteção familiar é localizado e reduzido; no entanto, a proteção social pública é generalizada e universalizada.

Existe uma grande variedade de formas e arranjos familiares na composição da estrutura familiar contemporânea, podendo coexistir numa mesma época e local diferentes tipos de família durante as fases do ciclo da vida.

As famílias, principalmente de classes populares, pela precarização de recursos e informações, pelo excesso de trabalho e escassez de tempo, vivem relações de abandono, de insegurança e de dúvidas no trato com os filhos. Para buscar modificações na situação dos adolescentes num mundo tão conturbado como o atual, é de fundamental importância pensar o adolescente na família e não isoladamente, o que aponta para uma atuação com o jovem e com o núcleo ao qual pertence, estabelecendo o que se constitui como vulnerabilidade e como possibilidades. (Ozella, 2002, p. 26-27)

O adolescente de classe popular enfrenta muitos desafios para conquistar o que almeja para seu futuro, e ele não luta pelo sonho sozinho. A família que está com ele, independentemente de seu arranjo, faz de tudo para dar o melhor para o seu filho. As famílias da classe menos favorecida, diante do cenário atual, têm trabalhado praticamente o dia todo para sustentar os seus agregados e ainda custear os estudos, alguma qualificação profissional, pois o adolescente ou jovem tem que estar bem preparado para competir no mercado de trabalho, pois, como sabemos, não tem vaga para todos.

O pai, mãe, tio, avó ou o responsável pelo adolescente já vivem uma vida precária, passam por dificuldades econômicas, falta de recursos que acarretam ainda mais outras vulnerabilidades, para tanto ao trabalhar deixam os filhos sozinhos ou com terceiros. Isso pode acarretar para o adolescente problemas emocionais, porém acreditamos que muitos deles têm outra visão dos pais ou responsáveis, que mesmo distantes fazem isso para oportunizar uma vida melhor não no presente, mas no futuro.

Muitos adolescentes já idealizam o seu futuro profissional, e ao mesmo tempo pensam se quando chegar a sua vez irão conseguir o emprego que desejam.

Principalmente porque muitos deles já estão se preparando para isso através dos estudos. Outros adolescentes já trabalham, como é o caso dos adolescentes que participam do programa. Claro que não é um trabalho formal, mas é um programa que oferece um setor de serviço do município, onde estes que estão inseridos vão realizar o trabalho proposto pelo setor, e que mensalmente receberão uma pequena remuneração para complementar a renda da família, pois já recebem o mínimo oferecido por essa lógica do mercado de trabalho formal ou informal. Se essa lógica não se modificar na sociedade vão continuar existindo sujeitos não só sem direitos, mas sujeitos suscetíveis à pobreza e a outras vulnerabilidades reproduzidas pelo mercado de trabalho.

O contexto, o território, é um lugar que tem grande influência na vida cotidiana dos adolescentes, pois o que esse território apresentar para os adolescentes é o que eles vão plantar para sua vida material e imaterial. Dessa forma, o lugar que esse adolescente habita precisa estar preparado para proteger, viabilizar soluções para o adolescente que no decorrer da sua vida pode ter adquirido algum problema social, isto é, nesse território precisam existir espaços físicos, profissionais, educadores que diretamente vão estar envolvidos com os adolescentes e que contribuirão para o cotidiano dos mesmos.

O território é um espaço onde a família se constrói, se transforma, cria vínculos, conflitos, oportunidades para os indivíduos. As vivências e experiências dos indivíduos se dão em um determinado território, que pode proporcionar ou não uma condição de vida com qualidade de acordo com as estruturas de oportunidades que são postas de forma desigual e que acabam por gerar vulnerabilidade social não só pelo viés econômico, mas também pelo falta de acesso a serviços públicos, a educação, transporte, saúde, habitação, saneamento básico, emprego, entre outros, que o território, em sua maioria, não proporciona para esses sujeitos. Como destaca Silva (2012), as vulnerabilidades não são advindas somente do território, elas surgem a partir de outros fatores intrinsecamente ligados a processos estruturais que concretizam a “questão social”.

Na visão de Azeredo (2015, p. 98), “as pessoas vivenciam o processo territorial por meio de variadas dimensões, sejam elas econômica, social, cultural e política e isso depende dos recursos que podem mobilizar para delas se apropriarem, imprimindo suas práticas”. Desse modo, o território tem o empoderamento de ser um espaço para potencializar a sobrevivência dos indivíduos e da família, bem como ampliar as condições de mobilidade social a partir de acesso a bens e serviços disponibilizados pelos “ativos”, que, na visão de Caroline Moser, considera como ativos o trabalho, o

capital humano, a moradia, as relações familiares, o capital social; outras abordagens consideram como ativos o capital natural, físico, humano, financeiro e social.” (CARNEIRO, 2009, *apud* ALVES; SEMSEZEM, 2013, p. 146)

A partir das leituras sobre os territórios brasileiros, podemos perceber que são territórios vulneráveis pela pobreza, com uma capacidade mínima de prover recursos básicos para socializar e atender às necessidades dos membros, tornando as famílias vulneráveis. Percebe-se que, nesses territórios, as famílias, ao criarem um vínculo, uma rede de ajuda mútua, tendem a compartilhar as mesmas condições de pobreza, de vivências. Desse modo, reforçam a condição de pobreza, limitando os membros da família a não terem outra expectativa de vida. Isso ocorre devido ao “localismo”, que proporciona a “homofilia”. Diante dessas considerações, devemos refletir o território como um meio, um campo de intervenção para enfrentar as vulnerabilidades e evitar o rico social. Para isso, é necessário conhecê-lo para dar respostas qualificadas.

Ao conhecer o território, logo as vulnerabilidades poderão ser prevenidas e enfrentadas. Ora, ao refletir sobre a vulnerabilidade social, Alves e Semzezem (2013, p. 146) destacam KAZTMAM (1999 *apud* BRASIL, 2012) que tratam as vulnerabilidades como resultantes das relações de estrutura de oportunidades e a capacidade de lugares, que essa capacidade precisa ofertar um espaço que materializa a sobrevivência através das oportunidades oferecidas pelo mercado, a sociedade e o Estado.

Assim, a família e seus membros vão desfrutar de uma estrutura ocupacional, empregos, relações interpessoais de apoio mútuo e políticas de bem-estar representando as demandas e os interesses dos indivíduos. Sendo essas relações fortalecidas e praticadas, as famílias vão estar distantes das dimensões da vulnerabilidade social. Caso isso não se efetive, poderão encontrar nas famílias condições de vulnerabilidade pela não inserção e instabilidade no mercado de trabalho, ausência de relações sociais, desqualificação dos serviços públicos e a desproteção de outros serviços.

Nesse sentido, vale reforça que a causa da vulnerabilidade vai além do fator econômico, da renda que o indivíduo possui e da condição de pobreza. Pois o indivíduo também se torna vulnerável quando, no território em que habita, há uma insuficiência da rede de proteção, com vistas a efetivar o acesso aos direitos que já estão garantidos em leis.

“Estar em vulnerabilidade social significa ter as potencialidades de respostas alteradas ou diminuídas frente a situações de risco ou constrangimentos naturais da vida; indica uma predisposição à precarização, à vitimização e à

agressão, mas, também, capacidade ou resiliência, ou seja, uma condição tal capaz de resistir e construir estratégias para conviver em ambientes desfavoráveis e circunstâncias difíceis, uma disposição para enfrentar confrontos e conflitos.” (ALVES; SEMZEZEM, p. 150)

Além disso, Alves e Semzezem (2013, p. 156) indicam que é necessário analisar a vulnerabilidade a partir da “composição familiar, as condições de saúde, o acesso a serviços médicos e a sistema educacional de qualidade, a possibilidade de obtenção de trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas.” Concomitantemente, é essencial conhecer o território, quais os serviços, recursos, equipamentos, programas, projetos estão sendo disponibilizados com a finalidade de ofertar um suporte de proteção para que os membros e a família estrategicamente se previnam de outras vulnerabilidades, bem como reduzir e corrigir as que estão presentes.

Além do território, a família é um contexto inerente ao adolescente; dessa forma, é necessário conhecer a família do adolescente, com o que ela tem contribuído para o seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, cultural, profissional. Como tem enfrentado as vulnerabilidades. Essa instituição familiar deve cumprir com o seu papel, porém conta com a ajuda do Estado e da sociedade, que também tem o dever de proteger o adolescente e propor mecanismos que façam com que este sujeito se veja como um cidadão livre, autônomo, consciente e politizado para transformar a sua vida, em vez de reproduzi-la.

Como dizem Berger e Luckman, o indivíduo ocupa uma posição peculiar no reino animal. Sua relação com o seu meio caracteriza-se pela abertura para o mundo. Essa abertura faz com que o indivíduo desde pequeno habite no mundo exterior, mas também se inter-relacione com este de modos complexos. Logo, o indivíduo, ao se formar, efetua uma correlação com um ambiente natural particular, com uma ordem cultural e social específica, que induz a construir sua natureza, produzindo a si mesmo.

Ora, é impossível analisar o indivíduo fora do contexto social, contexto esse que faz do homem um organismo humano com conduta à atividade humana, onde irá se desenvolver e produzir ao adquirir habilidades, formando, assim, um ambiente que proporcione uma estabilidade para todos os indivíduos. Só que essa não é a lógica, pois existe uma ordem social que permite assegurar a estabilidade só para uma parte da conduta humana.

Os autores Formigli, Costa e Porto (2000) chegaram a um mesmo pensamento, conceito sobre a adolescência, e Ferreira utiliza desse conceito e também das

informações do ECA<sup>5</sup>, da Organização Mundial de Saúde – OMS (1965)<sup>6</sup>, do Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007a)<sup>7</sup> e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2007b)<sup>8</sup> para enfatizar que a adolescência está vinculada aos números, iniciando aos 12 e terminando aos 18 anos, um período em que acontecem grandes alterações no corpo, e que essa fase tem influências do mundo que o cerca, da sociedade, da vida, de suas emoções e tantos outros fatores que podem construir a vida do adolescente, sua personalidade, seu comportamento, suas ações e até mesmo as escolhas que vai fazer na sua vida quando essa fase terminar, com a vida adulta, com o dobro de responsabilidades que assume com o trabalho, a família e a sociedade.

Além disso, Knobel parte de pressupostos de que “o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas” (p. 09) e que o “adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade” (p. 11). (Knobel, 1981 *apud* Ozella, 2002, p. 17)

Já foi constatado por um número expressivo de autores que o adolescente não é somente um ser individual, mas que a sua identidade está imbricada pelo meio cultural e histórico, ou seja, o meio em que vive, suas relações sociais, influenciam a vida desse sujeito que passa a demonstrar a identidade que está construindo. Diante disso, ao construir sua identidade, o adolescente sofre desequilíbrios e instabilidades, segundo Knobel. E esses dois pressupostos acarretam nessa fase da adolescência altos e baixos, incertezas e dúvidas, certo e errado, tristezas e alegrias no seu presente e grandes questionamentos se tudo o que ele está construindo pode favorecer o seu futuro.

E ao mesmo tempo em que o adolescente vive os desequilíbrios e instabilidades, isso não só o afeta; de alguma forma ele vai contagiar as pessoas que estão ao seu redor, a sua cultura, o seu meio social negativa ou positivamente. Dessa forma, podemos constatar que as pessoas são “sujeitos de relação”, como afirma Forti, pois sempre entre os sujeitos vai haver trocas, conflitos, indagações, posicionamento, concessões, dentre tantos outros. Para o adolescente, essa relação com o outro, seja amigos, pais, irmãos e a sociedade pode acarretar uma vulnerabilidade especial por ser uma relação de projeção,

---

<sup>5</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasil (2007c). *Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990*. Retirado em 20/03/2007, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm).

<sup>6</sup> Organização Mundial da Saúde (1965). *Problemas de la salud de la adolescencia. Informe de un comité de expertos de la O.M.S* (Informe técnico n.º 308). Genebra.

<sup>7</sup> Brasil (2007a). *Saúde de adolescentes e jovens. Caderneta*. Retirado em 21/03/2007, de <http://portal.saude.gov.br/saude/>.

<sup>8</sup> Brasil (2007b). *Indicadores sociais. Crianças e adolescentes*. Retirado em 21/03/2007, de <http://www.ibge.gov.br/home/>.



através da qual as pessoas próximas e a sociedade, desde o início dessa fase, idealizam como esse adolescente vai se portar, o que vai fazer, como vai se vestir, colocando expectativas diante desse adolescente. Neste caso, o adolescente começa a apresentar vulnerabilidades em sua vida.

A adolescência é um estágio importantíssimo na vida do sujeito, pois esse estágio possibilita ao adolescente transformar não só o seu corpo, mas também sua mente, sentimentos, valores, comportamentos, atitudes e até mesmo sua vida por completo, através da sua história, cultura, família, amigos, instituições que fazem parte do seu viver particular e social. O autor cita a escola como um lugar que proporciona ao adolescente escolher como viver a partir das interações que vai ter com esse meio. É uma escolha individual que cada adolescente irá fazer a partir da sua visão, da sua vivência. Assim como a escola, outros espaços têm o papel fundamental de influenciar a vida dos adolescentes, tanto individual como coletiva.

Todo sujeito tem uma dimensão humana genérica, pois ao mesmo tempo em que possuímos a dimensão individual, as escolhas morais que fazemos interferem na vida do próprio indivíduo, na vida do outro e no coletivo. Para tanto, é necessário aprender e saber viver socialmente. Ferreira (2010, p. 227) destaca que “a adolescência é uma época de grandes transformações, as quais repercutem não só no indivíduo, mas em sua família e comunidade.” Pois esse sujeito não vive sozinho, ele compartilha de alguma forma a sua vida com outras pessoas, pessoas íntimas de seu convívio cotidiano e aquelas que encontra por algum momento. Claro que as transformações que o adolescente vai viver em sua vida vão repercutir diretamente na sua família e sua comunidade, pois são essas pessoas que estão mais próximas desse adolescente.

Na Idade Média, o indivíduo vivia em comunidades feudais, as quais se constituíam como um ambiente bastante familiar, onde todos se conheciam. Os papéis, tanto de gênero quanto profissional, eram determinados pela comunidade. Grossman (1998) descreve que, nessa época, o desenvolvimento era entendido como um fenômeno quantitativo e não qualitativo. As crianças e adolescentes eram considerados adultos em miniatura (Garrod, Smulyan, Powers & Kilkenny, 1995), necessitando apenas de crescer em termos quantitativos em todos os aspectos físicos e mentais da espécie humana. (FERREIRA, 2010, p. 229)

Não muito diferente de hoje, os adolescentes na Idade Média eram vistos como adultos. Naquela época, a comunidade feudal cobrava o desenvolvimento dos adolescentes em seus aspectos físicos e mentais para exercerem seus papéis como

sujeitos e como profissionais. Os adolescentes não tinham uma perspectiva de futuro planejada por eles; outros escreviam sua história.

No que diz respeito aos estudos na Idade Média, hoje os estudantes precisam de programas de estudo para realizar o sonho de concluir pelo menos uma graduação. Na Idade Média, não havia uma lei através da qual o Estado era responsável para dar condições de cada sujeito estudar gratuitamente, mas hoje, na sociedade contemporânea, existe, mas esse direito para a maioria não é efetivado. O programa não abrange a todos e com o atual governo, não se sabe se ele ainda vai continuar existindo.

Com relação ao casamento legal e até mesmo às uniões consensuais, com o tempo essas práticas foram diminuindo. Os adolescentes não têm mais como prioridade o casamento, como na Idade Média. Hoje, eles têm uma perspectiva primeiramente profissional, de ter um trabalho que vai permitir ter uma estabilidade. Mas nessa fase, o namoro tem sido tão intenso que os números de gravidez na adolescência só tem aumentado. Dessa forma, os adolescentes acabam cultivando uma união consensual, ou se casam legalmente, ou se separam.

A adolescência no século XIX não foi só estudada através do sujeito em si próprio, mas a partir do contexto social no qual está inserido. O adolescente não se forma sozinho; as pessoas, o ambiente, o lugar, a família, a comunidade, o grupo social, a sociedade, os livros, o Estado, tudo o que está ao seu redor ajuda o adolescente a se construir como cidadão, pois cada elemento desse citado, que faz parte do social, proporciona o compartilhamento da sociabilidade, de sentimentos, da troca de saberes, do modo de ser entre os sujeitos, inclusive dos adolescentes, que a todo o instante procuram algo para acrescentar na sua identidade, que ainda pode sofrer mutações.

No entanto, a cultura e suas variáveis (valores, crenças, costumes etc.) de cada época e lugar influenciam e moldam a vida, o comportamento dos sujeitos, bem como a família, amigos, ambientes que frequentam. Portanto esses fatores de ordem social só moldam, constem, fazem parte da vida do adolescente e de qualquer sujeito se os mesmos permitirem e adquirirem uma cultura ou as culturas. Bem como a amizade e a religião, que têm grande influência na vida dos adolescentes.

Na adolescência a amizade é essencial. Brun (2007) *apud* Ferreira (2010) remete que é uma necessidade de estar com o outro. A amizade entre os adolescentes é diferente da amizade de quando se é criança ou adulto. Quando se é criança, os amigos se unem literalmente para brincar, enquanto na vida adulta a amizade é mais parcial. Na adolescência a amizade é muito intensa, a ponto de os adolescentes ouvirem mais os

amigos do que os seus próprios pais; é um elo completo de cumplicidade. Se a família do adolescente não tem um relacionamento, um diálogo com o mesmo, esse adolescente vai procurar um amigo para compartilhar seus segredos, anseios, medos. E, claro, é um momento que se torna único porque o adolescente vai ter um cúmplice fiel. Não há problema nisso, mas é necessário ter muita cautela, pois muitos dizem serem amigos, mas na verdade não são, podendo até incentivar o adolescente a fazer o que é “errado”, ferindo a vida de outro indivíduo. Por isso, ao mesmo tempo em que a família deve respeitar a privacidade do adolescente, deve também manter um diálogo e um cuidado com as amizades que o mesmo possui. Para o adolescente crescer, em todos os seus aspectos, (psicológico, físico, social, cultural etc.) é necessário que os vínculos com familiares, amigos, pessoas sejam cultivados e estreitos.

A religião interfere muito na vida dos seguidores, dos fiéis, no que diz respeito às escolhas, atitudes, comportamentos que pretendem seguir, com a intenção de mantê-los afastados das tentações presentes no mundo. Pretende viabilizar oportunidades para que esses sujeitos ampliem sua visão de mundo e tenham novas perspectivas de vida. Em geral, a adolescência é uma fase de risco para o próprio indivíduo e para toda a sociedade, porque muitos adolescentes agem sem refletir, sem pensar nas consequências. Por isso, tudo e todos que estão ao seu redor precisam contribuir para que essa fase seja prazerosa de ser vivida e que proporcione momentos de crescimento e de bem-estar social para todos.

Partindo dessa premissa, o Estado se vê como responsável de proteger integralmente o adolescente, que no século XX é reconhecido como sujeito de direitos, como está explícito na Constituição de 1988<sup>9</sup>, no art. 227, que nos traz que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Embora o estado e a sociedade tenham responsabilidades com os adolescentes, a principal instituição responsável por eles é a família. Ela que é a proteção primária desses adolescentes, mas para que ela proteja esses adolescentes, tem que ter os seus

---

<sup>9</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

direitos sociais universais da saúde, assistência social, educação, habitação dentre outros efetivados, a fim de assumir o seu papel afetivo e socializador e, conseqüentemente, estar preparada para enfrentar e suprimir suas vulnerabilidades.

Porém como foi supracitada, a família é responsável por esses adolescentes em primeiro lugar para que o mesmo se sinta protegido, só que para a família cumprir essa proteção social ela precisa que o Estado cumpra o seu papel de prover meios, bens, serviços de qualidade para que essa família fortaleça seu vínculo a partir da autonomia, competências, potencialidades, recursos e habilidades que devem ser desenvolvidas a fim de proporcionar um convívio e um ambiente saudável para esses adolescentes. E se o estado falhar na questão de viabilizar o direito, qual atitude a família vai tomar? Como ela vai proteger esses adolescentes que dependem dela para se desenvolver física, cognitiva e socialmente? Ao nosso redor encontramos famílias em situação de vulnerabilidade social e isso afeta diretamente na vida dos adolescentes.

Em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de reforçar os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, o quanto é necessário cuidar, prevenir e apostar na vida desses sujeitos.

(...) a criança e o adolescente passam a ser considerados sujeitos de direito e em fase especial de desenvolvimento, afirmando a ideia de proteção integral do estado (Espindula & Santos, 2004). À medida que os governos tomam consciência da importância de se proteger o desenvolvimento do ser humano, a adolescência torna-se um período mais identificável no ciclo vital (Sprinthall & Collins, 1999). (FERREIRA, 2010, p. 231)

Os autores Steinberg e Lemer (2004) percebem e sinalizam três perspectivas a partir dos estudos realizados no estágio da adolescência, mas queremos destacar a terceira perspectiva, que vai além dos “padrões de comportamento, ajustamento pessoal, relacionamento e a aplicação de conhecimentos científicos na resolução de problemas reais”. A última e terceira perspectiva, fazendo uso do prisma da sociedade contemporânea, tem como objetivo “promover o desenvolvimento positivo do indivíduo”, mas esse desenvolvimento precisa acontecer de fato não só porque o adolescente vai ser no futuro um adulto comprometido com todos e com tudo a sua volta; esse desenvolvimento precisa ocorrer rápido e com eficácia porque os adolescentes desse século são o presente dessa sociedade. Para tanto, temos o dever de contribuir com o crescimento desses adolescentes para que se tornem sujeitos participativos, atuantes neste ou em qualquer cenário social.

Quando são questionados o seu projeto de futuro, os jovens de classe mais privilegiada apresentam menor preocupação, apesar de alguns já terem esboçado um objetivo a atingir. Por outro lado, os jovens trabalhadores encaram o futuro como um desafio que depende muito de seu esforço pessoal e de seu sucesso nos estudos. (Alves, 1997 *apud* Ozella, 2002, p. 20)

A classe trabalhadora é marcada pela sua historicidade de luta que perpetua até os dias de hoje. É uma classe com um histórico de ter vivido na pele a exploração, a alienação, a psicologização, a naturalização da sua condição social, a manipulação, a culpabilização, o controle social, ideológico e econômico, o autoritarismo por parte do estado, opressão, desigualdade, dentre outros sofrimentos. Até hoje, a maioria desses fatores recorridos do capitalismo estão presentes na classe trabalhadora, bem como na vida dos adolescentes, interferindo nos seus estudos e trabalho. Alves destaca que esses adolescentes, ao estudar e trabalhar, buscam autonomia, pois trabalhando têm o seu dinheiro para ajudar os pais ou seu responsável nas despesas de casa ou com suas despesas individuais, e ao estudar as chances de conquistar um emprego melhor são maiores, pois estará se qualificando.

Alguns adolescentes têm começado a trabalhar precocemente em vez de se dedicar aos estudos. Mas na situação econômica em que se encontram não têm alternativa senão a de trabalhar e estudar. Percebem que precisam fazer isso para ter um futuro promissor, melhor que o presente. Assim, os adolescentes da classe trabalhadora têm batalhado para enfrentar os desafios postos na atualidade de falta de emprego e números reduzidos de vagas nas universidades públicas. Essas dificuldades têm feito os adolescentes desanimarem dos estudos, ficando ociosos e propensos a praticarem coisas erradas, a não estarem se preparando para o futuro, a não ingressarem numa faculdade e no mercado de trabalho formal.

No entanto, os adolescentes da classe mais privilegiada têm oportunidades de estudo, emprego, que muitos não aproveitam, para buscar sua autonomia. Tanto que alguns adolescentes dessa classe não se comprometem com a universidade, fazem dela um momento de lazer e um ambiente social que proporcionará ser reconhecido pelo *status* que tem. Por mais que Alves faça uma comparação das classes, a intenção não é ressaltar qual é a melhor, mas confirmar que as oportunidades e os privilégios não são os mesmos para as duas classes. O mundo avançou tanto em seu aspecto tecnológico, econômico e científico que infelizmente, ao avançar, estes aspectos não são

compartilhados com todos, apenas com alguns. Como esses adolescentes da classe trabalhadora vão adquirir autonomia?

## **CAPÍTULO II – O Programa Guarda Mirim Municipal na Dinâmica da Assistência Social**

As práticas assistenciais desenvolvidas ao longo dos anos de 1930 e 1940 eram os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, através de assistência médica, social, auxílios materiais e empréstimos. Era uma prática de fetiche, na qual o Serviço Social era alienante e alienador, e não possibilitava aos assistentes sociais refletir e criticar os problemas sociais que impregnavam a sociedade e não permitiam a participação de uma prática política e social autêntica. Quem atribuía essa identidade para o Serviço Social era o próprio Estado, que visava só os seus interesses, se aproveitando das ações profissionais do Serviço Social, ao exercer atividade profissional para haver um ajustamento entre o capital e o trabalho, um elo entre o proletariado e a burguesia, entre as classes subalternas e a classe dominante, já que essa profissão foi totalmente inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

A Assistência Social, a princípio, era fundamentada sobre o olhar do assistencialismo, assumindo a dimensão da ajuda e da caridade, que eram obras assistencialistas desenvolvidas por grupos filantrópicos, principalmente as Damas de Caridade, através da Igreja Católica. Tais obras eram sustentadas pelo método positivista de interpretação da realidade, e tinham como objetivo desempenhar ações que fossem voltadas para a ajuda e solidariedade para aqueles que não possuíam condições de fornecer o seu próprio sustento.

Esta prática da ajuda e do apoio se perpetuava através de auxílios e esmolas, apoiados na dimensão pelo amor à humanidade e pela boa vontade de ajudar o próximo. Como neste período o Estado e a Igreja tinham interesses combinados com a classe dominante, o sujeito era enquadrado pela caridade e a benemerência, para que assim não se revoltasse contra a ordem social. As damas de caridade, por sua vez, desenvolveram estas práticas ao longo dos tempos, e eram vistas como as boas moças da sociedade, principalmente porque desempenhavam ações voltadas para o apoio aos pobres.

Com a elevação cada vez maior das expressões da questão social, em meio a uma sociedade capitalista, a pobreza e a miséria eram gradativamente visíveis no país, e com isso o Estado utilizou de estratégias com a intenção de conformar os indivíduos, amparando-se no simples ato imediatista, que nega a noção de direitos sociais.

Neste modelo, as ações assistencialistas são ações meramente voltadas para o cumprimento de medidas imediatistas, que têm a finalidade de conformar o indivíduo,

de tal maneira que ele não perceba a realidade em que se encontra, pois se o indivíduo enxergar a sua realidade ele pode ameaçar o Estado, através de reivindicações, greves e movimentos sociais, e não é isso que o Estado quer.

Pode-se então observar que o assistencialismo é formado por práticas ligadas às classes subalternas, na ótica da ajuda, caridade ou solidariedade para com o próximo, e não concede direito e nem exerce uma concepção crítica, que se volta para a construção dos direitos dos cidadãos.

É apenas na década de 50 e início da década de 60 que os profissionais do Serviço Social começam a se manifestar questionando o *status quo*, a prática institucional daquele momento. Ou seja, diante a conjuntura vigente, na qual a crise e a política no continente estavam intensas, o serviço social se amplia, modernizando a profissão devido à demanda objetiva do estado e das empresas e as escolas especializadas que se expandiam.

O Movimento de Reconceituação foi um grande marco: os profissionais do Serviço Social se aproximaram de uma teoria crítica; possibilitando ter uma nova concepção da questão social como fruto do capitalismo, os assistentes sociais começaram a se questionar enquanto profissionais e como deveriam atuar e intervir.

A modernização da profissão nesta década acontecia ainda pelos marcos do pensamento conservador, mas de acordo com Iamamoto (2004), a luta era para abandonar o conservadorismo e alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, pois assim o exercício profissional estaria a serviço dos interesses dos usuários.

Nos últimos anos, alguns Assistentes Sociais se posicionam criticamente quanto a sua prática profissional. Sendo assim, o papel desses profissionais é analisado com a intenção de romper com o tradicionalismo profissional, buscando fundamentos científicos para a atuação, a prática ser orientada teórica e metodologicamente a partir de um novo projeto de sociedade, visando obter conhecimentos que visassem a atender os “setores populares”, a vida cotidiana dos trabalhadores com estratégias sistematizadas, alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. Iamamoto (2004) ressalta que o Serviço Social precisa intervir ideologicamente na vida da classe trabalhadora, enquadrando-a nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. Ou seja, ter ação educativa entre a família da classe trabalhadora, prevenindo os problemas sociais.



A partir de um plano legal, a Constituição Federal de 1988<sup>10</sup>, a Assistência Social deixa de ser uma política isolada, de favor, da pulverização, dispersão, contributiva e complementar à Previdência, e passa a ser reconhecida como política pública, direito de todo cidadão que dela necessitar e dever do Estado no campo da seguridade social com a dimensão da universalidade. Ou seja, foi através da Constituição de 1988 que a seguridade social foi definida como um sistema de proteção social, abrangendo a Previdência Social, a Assistência Social e a saúde. “De acordo com a constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88), [...] “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”, (...)” (HAPUQUE *et al*, 2009).

Essa Seguridade Social passa a ter um caráter universal na proteção social, no direito, atendendo às vulnerabilidades, aos problemas sociais dos cidadãos brasileiros, sendo dever do Estado garantir e financiar essas políticas, utilizando os recursos orçamentários dos municípios, dos estados e da União. Entretanto, o Estado não deixa de ter o seu poder de classificar, eleger e avaliar.

A LOAS<sup>11</sup> cria uma nova matriz para a política de Assistência Social inserindo-se no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da seguridade social. Esta lei veio respaldar e dar legitimidade para a assistência social numa perspectiva de universalidade, igualdade e participação popular na sua gestão. Realiza-se a partir de ações integradas entre as iniciativas pública e privada (da sociedade civil), tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência.

---

<sup>10</sup> A CF 1988 é “destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, (...)” (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p. (Série textos básicos, n. 25).

<sup>11</sup> LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, promulgada em 1993 como “[...] política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 2001). (HAPUQUE *et al*, 2009).

Ou seja, a assistência social deve ser um espaço de resgate do protagonismo dos subalternizados, tendo estratégias para a realização de direitos sociais da população, permitindo a essa população participar, ter voz na apresentação de suas necessidades, abrindo espaço para a autonomia desses indivíduos. Evitando as concepções conservadoras, a individualidade da pobreza, que culpabilizam os indivíduos e famílias.

(...) Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. (PNAS, 2004)

A Assistência Social se configurou como um avanço nas políticas sociais brasileiras, voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida, compondo o sistema amplo de proteção social brasileira, juntamente com a saúde e a previdência, com o dever de articular seus serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais. A partir disso, a política de Assistência Social comporta equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania.

As políticas sociais, bem como a Política de Assistência Social, ainda são as melhores formas de enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, porém nem sempre são suficientes para alcançar a igualdade social, devido à própria característica do sistema capitalista. “(...) foi aprovada em 2004 a Resolução nº145/04 (Conselho Nacional de Assistência Social, ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social), que versa sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (...)” HAPUQUE *et al* (2009). A política Nacional de Assistência aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

Ao definir a responsabilidade da Assistência Social no campo da proteção social a partir de seguranças a serem garantidas, as regulamentações recentes pretenderam ultrapassar tanto a abordagem ancorada no indivíduo como a centralidade até então dada aos conceitos de pobreza e segmentos sociais. De fato, em que pese ser frequente a identificação entre pobreza e políticas sociais, pode-se afirmar que os objetivos destas políticas – entre estas, a

Assistência Social – são bastante mais amplos. As políticas sociais têm buscado não apenas combater, mas também evitar a instalação de situações de extrema pobreza. Respondem igualmente aos objetivos de redução das desigualdades sociais e de ampliação das oportunidades. Visam ainda promover o bem-estar da população pela via do enfrentamento de vulnerabilidades e da proteção em situações de violação de direitos. É neste contexto que os objetivos da política de Assistência Social expandiram-se, tanto para o campo da garantia de renda como para o da oferta de serviços voltados à socialização, à integração, ao desenvolvimento de autonomia e defesa e à proteção em situação de violação de direitos, como nos casos de violência, abandono ou trabalho infantil. (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 171)

A PNAS<sup>12</sup> relaciona a vulnerabilidade à pobreza não só a conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas uma vulnerabilidade relacionada aos arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Mas ao refletir e analisar as famílias e seus arranjos pode-se perceber que o empobrecimento tem afetado rapidamente a essas famílias, principalmente quando elas ficam sob a responsabilidade de uma só pessoa para prover o sustento. Um exemplo é a família monoparental, de chefia feminina, cuja chefe, além de cuidar dos filhos, da casa, precisa trabalhar para atender às necessidades da família, ficando toda a responsabilidade para ela. O ciclo de vida das famílias também está relacionado à pobreza, pois a família, ao passar por diferentes etapas em sua vida, fases complexas em sua composição, que podem aumentar ou diminuir, quer na sua forma de funcionamento ou nos comportamentos de seus membros e nos sentimentos que essas mudanças – boas ou ruins – podem implicar. Dessa forma, a família, os usuários, criam estratégias para sobreviverem, principalmente porque o Estado oferece uma proteção social mínima.

(...) A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (PNAS, 2004)

O SUAS é requisito fundamental da LOAS, que tem como objetivo dar efetividade à assistência social como política pública de proteção social. Cada nível de

---

<sup>12</sup> *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

proteção social tem um público-alvo. A proteção social básica engloba a oferta de Benefícios Assistenciais prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, ações, programas, projetos que contribuirão para a superação de situações de vulnerabilidade, a prevenção dos riscos sociais da família e dos indivíduos. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de Assistência Social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes.

Desse modo, a proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos; garantir segurança de convívio ou vivência familiar através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos, e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades; e, por último, garantir Segurança de Acolhida através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações socioeducativas.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004)

“O SUAS foi estrategicamente pensado pelo Estado para manter o controle social.” HAPUQUE *et al* (2009). Portanto, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos.

Por mais que o SUAS tenha sido pensado nessa lógica, os assistentes sociais precisam estar na contramão desse pensamento ao desenvolver sua prática, mesmo que a política, os serviços sociais, os programas ao mesmo tempo em que incluem, também excluem os sujeitos. Para tanto, os assistentes sociais precisam pensar alternativas, novas alternativas, estratégias para evitar situações de vulnerabilidades sociais, de desigualdades sociais, exclusão dos sujeitos, e se elas já existem, ser propositivos, criativos, para pensar novas formas de enfrentamento.

Para Castro, Aquino e Andrade (2009), é importante ser um profissional com uma visão ampla, que conhece e analisa a realidade dos sujeitos para organizar ações de prevenção e proteção, assim como de desenvolvimento de capacidades e potencialidades. Ainda mais que os adolescentes têm sido um público-alvo bem visado na Política de Assistência Social, pois a mesma reconhece que é um ciclo de vida que precisa de uma proteção social além da família. Dessa forma, são criados programas sociais com o intuito de garantir uma renda para esses adolescentes, com vistas a garantir também a cidadania, a integração, a socialização, a autonomia, proporcionando oportunidades para esses sujeitos na direção de construir uma nova realidade social e profissional.

A política de assistência social, bem como as outras, precisa ter o direcionamento ao ser executada na perspectiva de garantir pelo menos os direitos humanos dos adolescentes, pois nesse sentido também vai defender os demais direitos garantidos em leis, decretos, estatutos etc. Dessa forma, a política precisa apresentar alternativas para conceder esses direitos, bem como os profissionais que atuam dentro dessa política. O assistente social, que tem como um dos princípios a defesa intransigente dos direitos humanos, deve recusar totalmente o arbítrio e o autoritarismo impostos por autoridades superiores, administrativas no âmbito público, que só querem dominar os sujeitos pelos poderes econômicos, financeiros, políticos, dentre outros.

Pois debruçar sobre a história dos direitos humanos foi uma conquista de lutas da classe trabalhadora e setores sociais para que os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais fossem efetivados não só para os “adultos” dessa classe, mas conquistados para atender às necessidades dos adolescentes, das crianças, de outros segmentos sociais.

Em 26 de agosto de 1789, foi aprovada, pela Assembleia Nacional da França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>13</sup>, que se processou em dois momentos. No primeiro momento discutiu-se o que se devia proceder a uma declaração de direitos antes da emanção de uma Constituição. E quase por unanimidade, a Assembleia decidiu que uma declaração dos direitos devia ser proclamada imediatamente e, então, anteceder a Constituição. E no segundo momento, o texto pré-selecionado pela Assembleia foi discutido e aprovado. Esse ato representou, de acordo com os historiadores, um momento simbolicamente decisivo, que marcam o fim de uma época e o início de outra, ou seja, apontam uma virada na história do gênero humano. Com a Revolução Francesa, uma nova época da história teve início, com uma explícita referência à Declaração, na qual a finalidade era a meta inteiramente política de firmar os direitos naturais, sendo a liberdade a principal, seguida pela igualdade diante da lei.

A primeira defesa ampla da Declaração foi contida nas duas partes da obra “Os direitos do homem”, de Thomas Paine, que foram publicadas em 1791 e 1792<sup>14</sup>. Paine (1791) então oferece uma explicação para consolidar os direitos do homem, e essa justificação é religiosa. Pois segundo ele, para encontrar os fundamentos dos direitos do homem, não é possível permanecer na história, mas é preciso transcender a história e chegar ao momento da origem, quando o homem surgiu das mãos do Criador. Pois o único caminho para escapar da história é reafirmar a unidade do gênero humano, e só assim se descobre que antes de ter direitos civis, fruto da história, o homem é possuidor de direitos naturais, que são fundamentos de todos os direitos civis. Ou seja, os direitos naturais, os direitos intelectuais, os direitos da mente e todos os direitos de como agir como indivíduos para o próprio bem-estar e para a própria felicidade cabem ao homem em virtude de sua existência.

O núcleo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, culminada da Revolução Francesa e que define os direitos individuais e coletivos dos homens, cita em seus três primeiros artigos que a condição natural dos indivíduos antecede à formação da sociedade civil, que a finalidade da sociedade política vem depois do estado de natureza e que o princípio de legitimidade do poder cabe à nação.

---

<sup>13</sup> Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. França, 1789. Foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, com o objetivo de lembrar a todos os indivíduos e cada órgão da sociedade dos seus direitos e seus deveres, para os cidadãos serem respeitados e contemplados pela liberdade, com o intuito de assegurar a felicidade geral.

<sup>14</sup> PAINE, Thomas. *Os Direitos do Homem*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1989, 203 p.

Desta forma, destaca no art. 10º da Declaração Universal dos Direitos do Homem que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” No art. 2º, declara que “o objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem”, e essa associação política prevê uma sociedade pautada no contrato social, mas também na liberdade, na propriedade, na segurança e na resistência à opressão.

Para Locke (2002)<sup>15</sup>, o direito era algo tão fundamental ao ser humano que quando o Estado o infringia estava declarando guerra ao seu povo, e o indivíduo a partir daí estava isento de qualquer obrigação, voltando-se à sua liberdade originária e resistência. Sendo o direito de resistência um direito secundário, ele age quando os direitos primários (liberdade, propriedade e segurança) são violados, e vem para tutelar outros direitos quando o cidadão já não reconhecia mais a autoridade do governo e vice-versa. Ele afirma isto porque acredita que a conservação dos direitos dos homens fazia com os mesmos que ingressam na sociedade e quando seus direitos eram violados todo este movimento de ingresso na sociedade ficava vazio de sentido.

Alphonse Aulard (1982)<sup>16</sup> considerou a Declaração como atestado de óbito do Antigo regime. Assim, todos os franceses seriam iguais perante a lei, pois a Constituição (1791)<sup>17</sup> proclamou que “não existe mais nobreza, nem pariatos, nem distinções hereditárias, nem distinções de ordem ou de regime feudal; não há mais, para nenhuma parte da Nação e para nenhum indivíduo, nenhum privilégio ou exceção em face do direito comum de todos os franceses.”

A partir daí, e até hoje, a Declaração sofre críticas. Foi acusada de ser demasiadamente abstrata (reacionários e conservadores) e ligada aos interesses de uma classe particular (Marx e esquerda). Abstrata porque alegaram que os direitos estavam abstratos. Mirabeau *apud* Bobbio (1992) disse que “foi mais que uma Declaração de Direitos, foi um ato de guerra contra os tiranos”, e para Tocqueville *apud* Bobbio (1992) “parecia ter como objetivo, mais do que uma Reforma da França, a regeneração de todo o Gênero Humano.”

Marx (1972) já possuía a contracritica, pois ele dizia que não havia nada de direitos abstratos, e sim uma defesa de interesses individuais, de direitos de uma classe:

---

<sup>15</sup> Para tanto, consultar: LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

<sup>16</sup> AULARD, Alphonse. *Le Culte de la Raison et le Culte d'Être Suprême (1793-1794): essai historique*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1892.

<sup>17</sup> Citado por BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 111.

do burguês, da burguesia. O que não havia era a defesa dos direitos do homem em geral, existia uma luta contra o poder e para emancipação da classe burguesa, sem a preocupação com o denominado “Quarto Estado”. Ele dizia que havia a defesa de direitos do homem egoísta, do burguês, do homem separado dos outros homens e da comunidade, fechado em si mesmo.

Bobbio (1992) diz que a Declaração foi situada no ponto de vista do indivíduo para assim acabar como problema das relações entre governantes e governados. O indivíduo do qual se fala é o indivíduo singular, detentor do poder soberano no seu estado de natureza pré-social, no qual não existe nenhum poder acima dele. O poder associado, político, vem depois, pois nasce dessa união é uma invenção humana. O autor diz que esse ponto de vista representa a inversão radical do ponto de vista tradicional do pensamento político, onde nasce o Estado moderno. Primeiramente o liberal, depois o democrático, e por último, o social. O liberal apenas alguns indivíduos reivindicam o poder soberano, o democrático todos fazem essa reivindicação, e o social todos são soberanos sem distinções de classe reivindicando não só o direito à liberdade, mas os direitos sociais.

Outro ponto de vista é o tradicional, que atribuía ao indivíduo obrigações e não direitos, principalmente de obedecer às leis (códigos morais e jurídicos construídos ao longo dos séculos). O primeiro artigo da declaração afirma que os indivíduos possuem direitos e que o governo deve garanti-los, invertendo a relação tradicional dos direitos dos governantes, pois até nas cartas de direitos que precederam essas da América e da França, os direitos e a liberdades não eram reconhecidos abaixo do poder do soberano; sem sua concessão o súdito jamais teria direitos.

A declaração de direitos veio para realmente inverter essa imagem e hoje não se fala de democracia sem o conceito de direitos dos homens. Bobbio diz que, quando nos referimos à democracia, seria mais correto dizer soberania dos cidadãos e não soberania popular, pois o conceito de povo se confunde com as ditaduras modernas, já que as decisões coletivas não são tomadas pelo povo, mas pelos indivíduos, visto que a sociedade é formada por uma soma de indivíduos singulares para dar sentido ao princípio de maioria, que é uma regra de decisão democrática.

Entretanto, a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi uma conquista dos revolucionários a partir da Revolução Francesa, que foi um movimento político e social que questionava o poder absoluto do rei, os privilégios da nobreza e do clero, e representou o fim do regime feudal.



Porém, com a Segunda Guerra Mundial, os povos foram acometidos por várias tragédias e desastres, e também aumento das populações, degradação do meio ambiente e armamentos, o que influenciou negativamente a relação entre os Estados, porém durante essa guerra com uma tomada de consciência percebeu-se que era necessário haver paz no mundo e reconhecimento dos direitos humanos. Assim, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), através da qual aos povos, ao assinarem a Carta da ONU, possibilitou um acordo de paz de solidariedade entre as nações, podendo todos os povos avançar social e economicamente, e também avançando nos direitos humanos assinando a Declaração dos Direitos Humanos, que proclamava a dignidade e o valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como das nações grandes e pequenas; instaurando melhores condições de vida numa liberdade maior.

Sabemos que a Declaração dos Direitos do Homem é resultante de um processo histórico, e foi criada com a finalidade de fundamentar os direitos dos indivíduos, porém ela não foi absoluta, havendo, assim, a necessidade de ser ampliada. Deste modo, em 1948, foi conquistada a Declaração dos Direitos Humanos, que pela primeira vez oportunizou o consenso, possibilitando a defesa dos direitos já existentes, mas que muitas vezes eram violados pelo Estado. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral, contém em sua estrutura 30 artigos, que se referem a direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Barroco (2012) *apud* (Brittes, 2011) destaca a defesa dos direitos humanos como um objeto de ação profissional do assistente social na perspectiva de assegurar e proteger esses direitos da pessoa humana.

Partindo dessa premissa, as políticas sociais, destacando aqui a assistência social, que também é resultado de lutas, precisam ser praticadas, articuladas de forma que viabilizem os direitos para quem dela necessitar, sujeitos que vivem em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, sujeitos excluídos, discriminados, oprimidos, que não possuem liberdade de exercer uma cidadania digna. Ou seja, na sua funcionalidade ela precisa apontar direções para que esses sujeitos encontrem meios para romperem situações de limites e exclusão dos ciclos viciosos a que são submetidos, por meio do acesso a níveis diferenciados de proteção do Estado.

“A Conferência Mundial<sup>18</sup> sobre Direitos Humanos afirma que a pobreza extrema e a exclusão social constituem uma violação da dignidade humana e que devem ser tomadas medidas urgentes para se ter um conhecimento maior do problema da pobreza extrema e sua causa, particularmente aquelas relacionadas ao problema do desenvolvimento, visando a promover os direitos humanos das camadas mais pobres, pôr fim à pobreza extrema e à exclusão social e promover uma melhor distribuição dos frutos do progresso social. É essencial que os Estados estimulem a participação das camadas, à promoção dos direitos humanos e aos esforços para combater a pobreza extrema.” (Conferência..., 1993)

Portanto, a assistência social precisa ser uma política ampla e menos focalista, no sentido de ter ação interventiva com a capacidade de articular, inserir outros campos de intervenção, facilitando o acesso dos sujeitos nas demais políticas, podendo abranger uma proteção social com ações interventivas que proporcionem o empoderamento dos adolescentes que já são reconhecidos como sujeitos de direito.

No que diz respeito aos direitos sociais, também os adolescentes passam a ser

“sujeitos de direitos”. A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (PNCFC, 2006, p. 25)

Os direitos humanos, por conseguinte, referem-se a valores necessários para garantir a convivência entre os seres humanos ou entre crianças e adolescentes e adultos, não podendo, assim, ser considerados uma concessão, mas ao contrário, direitos que a sociedade civil e política devem consagrar e garantir. (COELHO *et al*, 2012, p. 79)

O adolescente ser reconhecido como sujeito de direitos não foi da noite para o dia; isso foi um processo construído historicamente devido às transformações ocorridas na sociedade, bem como no estado e na família, interferindo diretamente nos adolescentes. Para tanto, o adolescente é reconhecido como sujeito de direitos humanos (a pessoa física e o nascituro) na Constituição Federal de 1988, que consolidou a proteção e garantias à criança e ao adolescente, ampliando essa responsabilidade à família, à sociedade e ao Estado, declarando a proteção integral a toda a população

---

<sup>18</sup> Acerca da II Conferência Mundial sobre Direitos do Homem, realizada em Viena, de 14 a 25 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/viena/>. Acesso em: 06/10/2016.

infantojuvenil, conforme está escrito no *caput* do art. 227, e no Estatuto da Criança e do Adolescente por meio da Lei nº 8.069<sup>19</sup>, de 1990.

Diante disso, os adolescentes deixam de ser tutela tutoria/discriminatória passando a ser sujeitos de direitos. Concomitantemente, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária segue o mesmo objeto que a Constituição e o ECA preconizam, de colocar as alternativas sinalizadas em prática efetivando a proteção integral por meio dos profissionais, organizações, entidades, famílias e indivíduos que vão estar se relacionando com esses sujeitos.

De acordo com esse reconhecimento, o adolescente precisa ser visto e tratado como indivíduo autônomo que tem a capacidade de se colocar com voz ativa na sociedade, é um sujeito com vontades próprias que deve ser escutado, levado a sério. Como a sociedade vem evoluindo, os adolescentes têm amadurecido precocemente na sua vida sexual, biológica, psicológica, estudantil, social etc., e portanto é muito necessário que haja profissionais capacitados para trabalharem com esses adolescentes, contribuindo para um desenvolvimento positivo na vida dos mesmos, desenvolver também a participação política para que eles estejam preparados para assumir e defender sua cidadania e seu espaço na sociedade. E é isso que atualmente presenciamos na vida da maioria dos adolescentes que já estão assumindo esse papel de sujeitos, lutando pelos seus direitos na educação pública que vêm a cada dia se desqualificando.

Mais radicais e, portanto, mais efetivos seriam os discursos e as práticas contra-hegemônicas e emancipatórias do segmento infantojuvenil, se o nível de consciência e organização de crianças e adolescentes chegasse a ponto de construir uma participação proativa (“protagonismo”?) nessa luta, inclusive buscando alianças diretas com outros oprimidos, um fortalecendo o outro. Se tal consciência e papel assumissem as próprias crianças e os adolescentes, eles forçariam a nós, “adultos convertidos”, a lutarmos realmente “com eles” e não apenas “para eles”, como ainda prevalece em nosso tempo, com raras exceções. (...) (NETO, 2005, p. 7-8)

Vivemos em uma sociedade em que a participação política coletiva não é bem vinda, porque dessa forma mostramos a todos como o sistema capitalista é falho na questão de viabilizar melhores condições de vida para os sujeitos, principalmente das classes pobre e média. Almeida (2004), em seu artigo, faz referência a Demo (1999), que define participação política como uma conquista, um processo. Desta maneira,

---

<sup>19</sup> O ECA tem como foco a proteção integral dos adolescentes com vistas a viabilizar os direitos que já estão assegurados.

torna-se uma conquista que não é fácil, porém não impossível. Para tanto, os sujeitos precisam ter compromisso, se envolver de tal forma que as decisões sejam tomadas pensando na coletividade. Seguindo nessa direção, outros sujeitos vão ser estimulados a lutarem pelo bem comum e pela democracia para que de fato aconteça, principalmente, no que tange à soberania popular.

Pois o próprio Estado e seus detentores criam mecanismos para impedir o protagonismo dos sujeitos na participação popular, impondo dificuldades na formação política desses atores com um sistema de educação precário, um policiamento que restringe o espaço físico e a continuidade das lutas, assim como outros problemas. Se isso ocorre com a população de categoria adulta, imaginemos a categoria dos adolescentes, que em sua maioria não são incentivados a buscarem uma consciência política e muito menos se organizarem como uma categoria que tem sofrido repressões sociais, econômicas, culturais, religiosas, para lutarem contra essas opressões. Presenciamos atualmente grupos de adolescentes se organizando, lutando pela sua emancipação, mas é pouco, pois muitos ainda não foram despertados para assumir essa postura de protagonista. Acreditamos que alguns adolescentes nem têm clareza da sua condição de classe.

Chegou o tempo como Neto (2005) coloca, dos adultos lutarem com esses adolescentes, em vez de tomar a iniciativa de lutar para eles. Para isso, os adolescentes precisam se sentir motivados e incomodados com a realidade em que vivem e conhecê-la para que não sejam manipulados, bem como se fortalecer coletivamente com alienados que também querem assumir esse protagonismo de forma crítica e política na direção de questionar, problematizar a cidadania que não é plena, na qual os direitos não são efetivados e as políticas sociais e as ações públicas, mal operacionalizadas, reforçando ainda mais as vulnerabilidades desses adolescentes ao ponto de alguns chegarem a viver sob riscos.

## **2.1– Destaque do Programa Guarda Mirim Municipal**

Dom Pedro II chegou a São Fidélis pela primeira vez em 12 de abril de 1847. Essa visita, por solicitação do futuro Barão de Vila Flor, João Manoel de Souza, conferiu à nossa terra a sua elevação à categoria de Vila, que somente foi instalada em 5 de março de 1855 pelo ato do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, conforme

estabeleceu a Lei Provincial nº 503, em 19 de abril de 1850. Porém os primeiros a habitarem e a explorarem o município de São Fidélis foram os índios Coroados e Puris.

São Fidélis de Sigmaringa, antes de se tornar um município, fazia parte da cidade de Campos dos Goytacazes. Só em 1870, São Fidélis conquistou sua emancipação, deixou de ser uma vila da cidade citada, devido à iniciativa do Dr. Antônio Manoel Peixoto de Souza, por apresentar o projeto de emancipação à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, no segundo ano da décima sétima legislatura, na Sessão Ordinária de 1869, o projeto elevando à cidade (município) a Vila de São Fidélis. Por determinação do Decreto nº 1.553, de 3 de dezembro de 1870, São Fidélis recebeu a sua emancipação, e o nome São Fidélis de Sigmaringa foi alterado para São Fidélis pelo decreto-lei estadual nº 1533, de 03 de dezembro de 1870. É também conhecida como Cidade Poema, justificando-se plenamente o título pelas belezas naturais e grande número de poetas e seresteiros.

Com a conquista da emancipação, a região precisou caminhar na direção de garantir um espaço de oportunidades para seus habitantes. Teve como primordial para a economia alavancar a agricultura, destacando-se as lavouras de cana-de-açúcar, a pecuária e a indústria, bem como a exploração de madeira e outros produtos, como arroz, milho, tomate, banana, algodão e goiaba.

São Fidélis está situada na região norte do estado do Rio de Janeiro, às margens do rio Paraíba do Sul, envolvida por belas montanhas e por um clima agradável. Possui vegetação e fauna nativas, cachoeiras e outros. É formada por seis distritos (São Fidélis – cidade –, Ipuca, Pureza, Colônia, Cambiasca e Ernesto Machado) em uma área de 1.028,095 km<sup>2</sup>. É considerado um município de pequeno porte II, com uma população residente de 37.543 pessoas, sendo 19.149 mulheres e 18.394 homens. Com quase 38% da população com idade entre 15 e 39 anos e pouco mais de 30% da população entre 40 e 64 anos, as idades entre 0 e 14 anos representam somente 20,41% da população. A população mais idosa (acima de 65 anos) compõe apenas 11,39%, de acordo com o Censo do IBGE de 2010<sup>20</sup>.

Analisando a distribuição do PIB de São Fidélis, observa-se que o setor primário tem uma participação pequena neste, representando apenas 5,70% do Produto Interno Bruto. O setor secundário (indústrias agropecuárias, extrativas, de energia e gás e de transformação) é responsável por 12,83% do PIB municipal. O terceiro setor (empresas)

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 07/10/2016

tem uma participação de 76,56%. Para contribuir com o PIB municipal, os impostos representam 4,91%.

De acordo com Censo 2000, os chefes de família, em sua maioria, possuem baixa renda. Foram entrevistados 76,47% domicílios, cujos

“chefes de família possuem renda inferior a três salários mínimos, onde, os responsáveis por família com renda entre 03 (três) e 10 (dez) salários mínimos representam 18,18% do total e apenas 3,41% possuem renda superior a 10 salários mínimos. Além disso, 3,74% dos chefes de família declararam não possuir renda. E de acordo com pesquisa de campo realizada pelo Instituto Mais nas áreas vulneráveis de São Fidélis em 2011, 93,5% dos chefes de família possuem renda de até três salários mínimos; 5,6% dos responsáveis informaram ter renda superior a três salários mínimos e 0,8% disseram não possuir renda.” (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2014 – 2017, Dezembro de 2013)

São Fidélis é um território que não oferece muitas oportunidades de emprego. Assim, muitos habitantes trabalham em outros municípios para obter sua renda. Os que estão empregados são: funcionários públicos da prefeitura e do estado, trabalhadores da área petrolífera (destaque para os que atuam em plataformas), comerciantes, pedreiros, trabalhadores terceirizados, autônomos, dentre outros. Os que possuem renda mínima contam com os benefícios assistenciais que a Prefeitura disponibiliza, que são o Benefício de Prestação Continuada e os Benefícios Eventuais. E também com os Programas de Transferência de Renda, que são: Programa Bolsa Família; Programa Renda Melhor; Programa Renda Melhor Jovem e o Programa Agência Mirim, que hoje é intitulado de Programa Guarda Mirim. Contaremos como essa passagem foi concretizada a partir das leis aprovadas pela Prefeitura Municipal de São Fidélis.

A Prefeitura Municipal de São Fidélis elaborou a Lei nº 863, de 09 de abril de 2001, que foi aprovada e sancionada pela Câmara Municipal, com a finalidade de criar a Agência Mirim Municipal. Os artigos referentes à lei explicitam como deve funcionar essa agência.

Fica claro que a Agência Mirim Municipal deve ser composta por 50 (cinquenta) agentes, com idade entre 14 e 16 anos. Para isso, é necessário um coordenador, que será responsável pelos adolescentes inseridos nesta Agência. Bem como a Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social, que tem a responsabilidade com as escalas dos agentes, que deverão ser fixadas em horários e não atrapalharem os alunos a permanecerem diariamente na escola.

O coordenador tem a competência de solicitar à escola o controle de frequência e desempenho dos agentes mirins matriculados. Caso algum agente seja repetente e não tenha suas faltas justificadas, a Comissão de Avaliação (Secretários Municipais de Educação e Cultura e de Promoção e Bem-Estar Social e o coordenador da Agência Mirim), que é responsável para analisar essa situação, decidirá se o agente permanece ou não no programa. Caso permaneça, será punido com uma advertência ou suspensão por até 30 (trinta) dias.

Para escolher os adolescentes, a lei deixa claro que os agentes precisam estar estudando, ou seja, é obrigatório estar matriculados e frequentando a escola. Dessa forma, serão selecionados entre os alunos quem têm o maior grau de carência.

O parágrafo único da lei nº 863 destaca que “os alunos de quem fala não poderão ser repetentes, e se já estiverem selecionados, e forem reprovados, nas séries que estiverem cursando, serão eliminados.”

Os adolescentes inseridos nessa Agência precisam cumprir as tarefas que são propostas, sendo assim, vão desempenhar serviços junto aos órgãos designados para ele, para receber por mês a quantia de 50,00 (cinquenta) reais.

O Decreto nº 1.906, de 4 de julho de 2001, estabelece as atribuições que os agentes mirins exercerão durante as 4 (quatro) horas no órgão designado. As tarefas que serão realizadas são: entregar documentos; distribuir correspondências; auxiliar no serviço de apoio administrativo; organizar filas; orientar usuários acerca de horários e locais dos serviços municipais; auxiliar a Guarda Municipal na vigilância das praças, logradouros públicos e próprios municipais.

Além destas tarefas, os agentes mirins deverão frequentar atividades extras, participar de palestras, cursos de treinamento, entre outros, e ainda com as condições possíveis, a administração assegurará refeição, prática de esportes e lazer. Os locais que receberão esses agentes precisam oferecer segurança para esses sujeitos. Desse modo, não devem ter insalubridade e nem oferecer perigo.

No decorrer do programa os agentes vão ser observados e avaliados pelo comportamento no serviço, se estão respeitando os colegas e superiores, se estão exercendo a pontualidade, a assiduidade, se estão com o uniforme completo, se estão frequentando a escola e se estão tendo um rendimento escolar, se estão usando a bicicleta no serviço de forma adequada, se estão frequentando casas noturnas sem os pais, se estão gastando o dinheiro com videogames e vícios e se estão falando palavrões.

No entanto, outras leis foram aprovadas, como a lei n° 886, de agosto de 2001, para criar mais 50 (cinquenta) vagas de Agente Mirim na Agência Mirim Municipal; a lei n° 1.055, de maio de 2005, para aumentar o *pro-labore*, que antes era de 50,00 (cinquenta) reais e com essa lei passou para 80,00 (oitenta) reais. A lei n° 1.070, de 30 de setembro de 2005 altera a lei n° 863/2001 no que tange à idade. A partir da nova lei o programa Agência Mirim comportará jovens com idade de 14 a 18 anos incompletos, bem como ser majorado ou reduzido o número de jovens assistidos pelo Decreto do Prefeito Municipal, a partir da demanda apresentada, do orçamento e finanças que a prefeitura disponibilizará. Com o Decreto n° 2.271, de 17 de fevereiro de 2006, mais 20 (vinte) vagas foram criadas.

Pensando na melhoria e qualidade de vida dos agentes, o *pro-labore* passou a ser de 100,00 (cem) reais com a lei n° 1.136, de 06 de junho de 2007. Passados três anos, houve mais um reajuste no *pro labore* com a lei N° 1.226, de 10 de fevereiro de 2011, e cada agente passou a receber 120,00 (cento e vinte reais) mensalmente. No ano de 2013, com a lei N° 1.352, houve um novo reajuste no *pro labore*, que passou a ser 130,00 (cento e trinta reais) por mês.

Embora o programa estivesse sendo efetivado segundo as leis, viu-se a necessidade de ele sofrer algumas alterações. Diante disso, foi aprovada a lei n° 1.386, de 20 de dezembro de 2013<sup>21</sup>, para criar o Programa Guarda Mirim Municipal, composto de 150 (cento e cinquenta) guardas mirins, com idade entre 15 e 17 anos, 11 meses e 29 dias, porém o *pro labore* não foi alterado. O parágrafo único dessa lei deixa claro que “o número de jovens assistidos pelo programa poderá ser majorado ou reduzido por Decreto do Prefeito Municipal, de acordo com a demanda e as disponibilidades orçamentárias e financeiras da Prefeitura.”

Conforme essa lei, o Departamento de Atenção à Juventude, que coordenará o programa Guarda Mirim Municipal, selecionará os guardas mirins com outros critérios. Sendo assim, o artigo 3° dessa última lei destaca

- I. Adolescentes e Jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- II. Adolescentes e Jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei n°

---

<sup>21</sup> SÃO FIDÉLIS. Lei n° 1.386. “Cria o Programa GUARDA MIRIM MUNICIPAL e dá outras providências”, de 20 de dezembro de 2013.



- 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III. Adolescentes e Jovens em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
  - IV. Adolescentes e Jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou Adolescentes e Jovens egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual;
  - V. Adolescentes e Jovens de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda;
  - VI. Jovens com deficiência, em especial beneficiários do BPC;
  - VII. Jovens fora da escola.

Além da lei, criou-se o decreto de nº 3.073, de dezembro de 2013, com vistas a estabelecer algumas mudanças. Com relação às atribuições supracitadas, a última é alterada pela seguinte: os adolescentes deverão executar outras atribuições afins quando a coordenação do programa designar. A lei também se refere que as atividades determinadas para os adolescentes cumprirem vão acontecer em horários que não prejudiquem a frequência escolar, bem como o rendimento dos mesmos. E essa frequência a partir de agora passa a ser solicitada bimestralmente.

Com relação ao desligamento do guarda mirim, este será realizado pela equipe do Departamento de Atenção à Juventude, que avaliará os adolescentes através dos relatórios feitos pelos setores públicos que recebem esses adolescentes para exercerem as atividades.

Dessa maneira, o desligamento ocorrerá pelo descumprimento reiterado e injustificado do compromisso de matrícula, frequência, rendimento escolar, frequência mensal mínima de 75% às atividades do programa, descumprimento grave ou reiterado das normas de convivência, desistência do jovem, devidamente comunicada à Coordenação do Programa, abandono das atividades, por motivo de força maior, incluindo-se mudança de endereço, doença, óbito do jovem e outros fatores impeditivos da liberdade de ir e vir; descumprimento grave ou reiterado das normas e regras estabelecidas pelo Programa, tais como: uso do uniforme, comportamento adequado no serviço, desrespeito à equipe do Programa, aos colegas e aos funcionários dos setores públicos, pontualidade, abandono das atividades e respeito às regras nacionais de trânsito.

Diante de tal relato, o Programa tem como objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a permanência dos adolescentes no sistema de ensino, o compromisso com o setor de trabalho (equipe, colegas e funcionários), a socialização de conhecimento através das atividades extras, a oferta de uma renda mensal, bem como o estímulo à convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho por meio do desenvolvimento das atividades que ocorrem, na maioria das vezes, no salão do CRAS Filotéia Bragança, e em outros ambientes (setores da prefeitura, passeios, dentre outros).

Esse Programa citado acima é um serviço específico do Município de São Fidélis, porém existem outros programas do governo nos âmbitos Federal, Estadual, Distrital ou Municipal e que abrangem esse público-alvo com a finalidade de propor aos adolescentes uma melhor condição de vida em todas as áreas. Para tanto, há uma equipe responsável para desenvolver os Programas Governamentais Nacionais de Juventude. Sendo assim, a Presidência da República e os Ministérios e os Órgãos Estaduais e Municipais são os principais atores do governo para esse fim. Nos parágrafos abaixo descrevemos alguns programas sociais que o Governo Federal oferece.

A Presidência da República, responsável pela Secretaria Geral, conduz o Programa Integrado de Juventude (ProJovem) da Secretaria Nacional de Juventude e do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse programa atende jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. A base teórica desse programa são as modalidades ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador, Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e as Políticas Públicas de Juventude.

“Os Ministérios, em geral, têm por finalidade planejar, implementar a macro política direcionada ao conjunto dos estados, em cada área temática específica das políticas públicas.” Dessa forma, o Ministério da Cultura disponibiliza o Programa Cultura Viva, com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil, oferecer recursos para montagem de Pontos de Cultura, para propor atividades que valorizem as culturas já existentes, incentivando as manifestações culturais, bem como a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas.

O Ministério da Defesa oferece o Projeto Rondon para estudantes do ensino superior, com o intuito criar uma relação social entre os universitários e as comunidades através dos trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil. O Projeto Soldado Cidadão pretende preparar os jovens egressos do serviço militar para o

mercado de trabalho, e isso ocorre com as atividades de formação e qualificação técnica.

O Ministério da Justiça, com o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), tem como finalidade abraçar os jovens de 15 a 29 anos que estão à margem da sociedade, que estão envolvidos ou já se ocasionaram com a lei, com o sistema prisional e outros, envolvendo-os de forma articulada nas políticas de segurança e ações sociais, ensinando a prevenção a partir das causas da violência, do ordenamento social e da segurança pública, para que os mesmos fiquem distantes da criminalidade.

O Ministério do Desenvolvimento planejou o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Jovem, que é dedicado aos filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 25 anos, com o objetivo de eles próprios desenvolverem as atividades econômicas e até financiar suas atividades produtivas. Porém, para participar do programa é necessário cumprir alguns requisitos, como: ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas, ou curso ou estágio de formação profissional.

O Ministério da Educação elaborou o Programa Brasil Alfabetizado, para jovens acima de 15 anos, através do qual são oferecidos cursos em instituições de ensino em um período de oito meses. O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio pretende expandir o Ensino Médio da rede pública para todos os adolescentes terem oportunidades, bem como um ensino de qualidade com equidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) distribui aos adolescentes que cursam o Ensino Médio livros didáticos de Português e Matemática. Muitos alunos do 1º, 2º e 3º anos já foram beneficiados.

O Ministério de Trabalho investe no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que tem como finalidade qualificar, no campo socioprofissional, jovens desempregados de 16 a 24 anos com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. Para estimular um pouco mais, ganham vale-transporte e bolsa-auxílio de R\$ 150,00.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apoia o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que consta em uma bolsa para as famílias com crianças e adolescentes com idade de 07 a 15 anos, permitindo aos mesmos participarem das atividades, que poderão transformar o futuro desses pequenos, a partir

de ações e proteção social executados pelo Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Temos também o programa A Aprendizagem Profissional, para jovens de 14 a 18 anos, em que o MDS, em parceria com governos estaduais e prefeituras, incentiva aos jovens na educação, permanência na rede de ensino e experiência no trabalho. Assim, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social terão a possibilidade de se tornarem funcionários efetivos qualificados. O Programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola tem como objetivo assegurar os jovens de zero a 18 anos com alguma deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o acesso e a permanência na escola, para que eles desenvolvam a autonomia, a participação social e a emancipação, que muitas vezes é esquecida por eles por medo e pelos outros, por não darem atenção.

O Ministério do Meio Ambiente executa o Programa Juventude e Meio Ambiente para os jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente de Estados, com idade entre 15 e 29 anos e pontos focais do Geo juvenil, com a perspectiva de fortalecer, formar e capacitar os adolescentes e jovens em educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política.

O Ministério dos Esportes, a partir do Programa Bolsa-Atleta, incentiva e dá a oportunidade para jovens com idade mínima de 14 anos e máxima de 19 anos, para que se dediquem, com exclusividade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas. O benefício é dividido em quatro categorias: estudantes, nacional, internacional e olímpica/para-olímpica e tem duração um ano, prorrogável. O Programa Segundo Tempo é voltado para crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos que estão matriculados na Rede Pública de Ensino e que possuem baixa renda. O programa visa desenvolver, através das atividades recreativas, o acesso à prática de esportes. Além disso, oferece complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo.

Entretanto, esses e outros programas, projetos, são realizados no equipamento do CRAS, quando o município vê a necessidade e autoriza a inserção desses, para garantir qualidade na vida da juventude, bem como enfrentar os problemas sociais dos adolescentes, através de estratégias políticas, sociais e econômicas.

Segundo A Política Nacional de Assistência – PNAS, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange no total de até 1.000 famílias/ano.

Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência. Ou seja, houve e a há a necessidade de o Serviço Social estar inserido nessa instituição, pois este tem a base e a capacitação para o trabalho. Claro que ele não vai estar sozinho nessa instituição; vai contar com uma equipe multidisciplinar.

No município de São Fidélis foi organizado o CRAS Filotéia Bragança, em abril de 2005, com funcionamento (atendimento ao público) nas instalações da Secretaria Municipal de Promoção Social e Bem-Estar Social. Houve a necessidade de o CRAS, em 2007, no mês de setembro, ser transferido para o bairro São Vicente de Paula, na Praça Filotéia Bragança, nº 48b, num prédio alugado que segue as orientações técnicas referenciadas pelo Governo Federal.

Portanto, o CRAS foi criado com o objetivo de: Informar e orientar sobre os direitos sociais; Articular e fortalecer os grupos sociais locais; Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social; Estimular a restauração e o desenvolvimento de vínculos familiares e comunitários; Promover o autoconhecimento e uma possível mudança na condição de vida; Fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular a inclusão produtiva para o seu público alvo, que são famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, beneficiários do Programa Bolsa Família e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sendo esses usuários crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17anos e idosos (as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social.

O CRAS atua promovendo a articulação intersetorial, busca ativar e realizar ações como: Visitas domiciliares e institucionais; Levantamento das necessidades das famílias; Identificação de perfil para inclusão de benefícios sociais; Orientações sobre os requisitos e condicionalidades dos programas sociais; Oficinas de convivência e trabalho socioeducativo com as famílias; Encaminhamento e acompanhamento de famílias à rede de assistência; Palestras para comunidade e para as famílias, Monitoramento do cumprimento das condicionalidades dos programas sociais; Acompanhamento da família até a superação dos problemas; Garantia de acesso aos benefícios eventuais, como: auxílio natalidade, auxílio funeral, aluguel social, auxílio alimentação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.243/2010. Também com ações da Proteção básica, que são: Manutenção do CRAS para o desenvolvimento do PAIF; Apoio à rede socioassistencial de proteção social básica através de repasse de recurso; Oferta do Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos e acima de 60 anos; Acompanhamento pelo PAIF das famílias registradas no Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal, famílias membros integrantes do BPC; Cadastro e atualização das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico; Acompanhamento, pelo PAIF, das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da Assistência Social; Garantia de atendimento de Benefícios eventuais de acordo com a legislação Municipal e Possibilidade da inserção de indivíduos ao mercado de trabalho e geração de renda.

Esse equipamento público é mantido com recursos financeiros provenientes de cofinanciamentos fundo a fundo repassados pelos Governos Federal e Estadual, mas o Municipal também destina recursos de sua própria arrecadação tributária, pois tem ativa habilitação plena.

Segundo o Ministério Social de Combate à Fome,

“os recursos de cada ente federado para a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são alocados em seus orçamentos, pelos quais se efetiva a gestão financeira da política. Os recursos federais do cofinanciamento da assistência social são alocados no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Por sua vez, os recursos do Distrito Federal e dos estados e municípios para o cofinanciamento são alocados, respectivamente, no Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAZ/DF) e nos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social, constituídos como unidades orçamentárias. Para apoiar a execução dos serviços socioassistenciais de caráter continuado da PNAS no Distrito Federal e nos estados e municípios, os recursos do FNAS são transferidos regular e automaticamente aos fundos regionais e locais. Para o apoio a projetos e programas com duração determinada, os recursos são repassados por meio da celebração de convênios e contratos de repasse (este último tem como agente financeiro a Caixa Econômica Federal).”

O CRAS destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos discriminadas por questões de gênero, idade, etnia, ou por deficiência, visando promover a emancipação social, desenvolvendo a cidadania para cada um dos seus membros. O CRAS Filotéia Bragança atende, em especial, a famílias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem aos critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Também são

público-alvo beneficiários do Programa Bolsa Família e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A faixa etária desse público são crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e os idosos (as) com idade igual ou superior a 60 anos.

Para tanto, o CRAS Filotéia Bragança executa de forma direta os serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política da assistência social. Porém o principal serviço ofertado pelo CRAS é o PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que “consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.” E o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é “realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.” Os usuários atendidos por esses serviços são famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos.

Outro serviço que foi destinado ao CRAS há alguns anos atrás foi o Programa do Governo Federal ProJovem Adolescente, que já se desvinculou do município porque este não estava recebendo a verba do governo. Para não ficar sem um programa específico para os adolescentes, o município de São Fidélis viabilizou, em 2001, o Programa Guarda Mirim Municipal.

O Programa, que tem como público-alvo os adolescentes de 15 a 17 anos, funciona nos dois CRAS em São Fidélis, o Filotéia Bragança e o Duque de Caxias. A Prefeitura do Município viu a necessidade de o Programa ser supervisionado, além das duas coordenadoras (técnicas) do Programa, pelas coordenadoras do CRAS, que são assistentes sociais. Pois é um profissional capacitado para o trabalho, com competências e atribuições no âmbito da Política de Assistência Social abrangendo diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, bem como instrumentos e técnicas específicas, sendo um profissional ético-político se posicionando com uma ética que dê sentido, clareza e finalidade a suas ações, um profissional crítico, problematizador da realidade, para intervir politicamente no enfrentamento da questão social, teórico-metodológica sendo um profissional qualificado para conhecer a realidade com a qual trabalha e atuar com teorias e metodologias que dão base, norteiam

o seu trabalho, e técnico-operativo para ser um profissional ousado, usando sua criatividade para criar um conjunto de habilidades técnicas para intervir.

Ao refletir sobre como esses agentes podem, a partir de suas ações, ferirem algum indivíduo a ponto de o mesmo se encontrar no estado de vulnerabilidade, remeto aos adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal, que desde essa fase vivenciam na pele vulnerabilidades sociais, sendo uma delas a pobreza que atinge às suas famílias, e que as mesmas contam com a Política de Assistência Social, programas oferecidos pelo governo para que consigam manter a sobrevivência. Dessa forma, esses adolescentes e outros sujeitos vulneráveis acabam por não só fazerem parte de grupos vulneráveis, mas também fazem parte dos grupos que sofrem a discriminação social produzida pela sociedade capitalista.

## **2.2 – Repercussões do Programa a Partir da Fala dos Sujeitos**

“Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar.” Chico Science

Neste item objetivamos apresentar parte da pesquisa de campo, que foi realizada na estrutura física dos CRAS Filotéia Bragança e Duque de Caxias, localizados no município de São Fidélis (RJ), e conduzida no sentido de entrevistar os adolescentes entre 15 e 17 anos inseridos no Programa Municipal Guarda Mirim, para que pudessem dar relatos sobre os motivos que os fizeram estar participando do programa, o que mais gostam de fazer, o que melhorou na sua vida e da sua família e qual a sua perspectiva de futuro.

O acesso à instituição aconteceu aproximadamente em duas semanas, no período vespertino, após a autorização das coordenadoras do CRAS e do programa. Diante disso, foi possível realizar as entrevistas no espaço físico das instituições, onde tivemos total sigilo. A conversa com os adolescentes ocorreu de maneira informal; a maioria ficou bem à vontade para responder as perguntas propostas, cientes de que as respostas seriam expostas no Trabalho final de Curso, tanto na parte escrita como na apresentação oral.

Para preservar a integridade e a identidade dos adolescentes, iremos nos referir a eles como sujeito 1, 2, 3 e assim sucessivamente, até o 17, sem prejudicar o conteúdo de suas falas, que estarão na íntegra.



Para tanto, trabalhamos para tornar pública a importância do programa na vida desses adolescentes, bem como compreender as repercussões que o mesmo promove na vida individual, na família, nos amigos, no trabalho, no território etc. Estruturamos quatro questões, que foram respondidas por 17 adolescentes.

Em relação à primeira questão, do motivo pelo qual o adolescente veio participar do Programa Guarda Mirim Municipal, obtivemos com as falas que o motivo de participar do programa é por conta de não ter nada para fazer em casa, por causa do dinheiro, que permite comprar o que anseia e precisa, ajudar em casa, pagar o curso de inglês, porque é bom e legal participar, e porque os amigos, primos, irmãos, mãe e pai incentivaram e influenciaram o ingresso no programa.

Essa influência na vida dos adolescentes se dá porque qualquer indivíduo vive um processo de socialização denominado pela Psicologia Social, como afirmam Bock *et al* (2001). Desse modo, a socialização ocorre no grupo social (a família, os amigos, a escola, o trabalho dentre outros) do qual o indivíduo faz parte. Sendo assim, esse grupo é uma referência para a vida do outro, independente do papel social que ocupa na sociedade. “O psicólogo argentino Bohoslavsky mostra que o grupo familiar e o grupo de amigos são os principais elementos para que o indivíduo se referencie quando escolhe qualquer coisa.” (Bock *et al*, 2001)

Podemos perceber que esses adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade social, não só pela classe pobre de que fazem parte, mas também pelas carências de recursos materiais e imateriais apresentadas em seu cotidiano, como afirmam Carneiro e Veiga (2004) *apud* Janczura (2012). A lei do Programa Guarda Mirim deixa claro que serão selecionados os adolescentes que possuem o maior grau de carência. Pois muitos autores entendem a vulnerabilidade social como sendo falta de algo na vida da pessoa ou do grupo social.

Sendo assim, esses adolescentes, que verbalizaram o motivo de se associarem ao programa, demonstram a necessidade de entrar, para suprir algo que está faltando em sua vida e na da sua família.

No âmbito da segurança de renda, assumida como responsabilidade da proteção social a cargo da política de assistência... Entendida como momento de inserção no mundo do trabalho e de progressiva conquista da autonomia, em termos de rendimentos, o campo do acesso à renda representa uma dimensão central para a juventude. Os programas de garantia de renda que atingem esta faixa da população dialogam, assim, com as dificuldades que vêm sendo encontradas pelos jovens em seu esforço, no sentido da construção de melhores oportunidades e trajetórias profissionais, em

contextos de distintas realidades sociais. (CASTRO, AQUINO & ANDRADE, 2009, p.172)

Porém essas não foram as únicas respostas. O motivo também é

“Porque eu queria conhecer pessoas novas, ajudar, e começar um trabalho que tinha pessoas boas ao meu lado.” (Sujeito 1)

“Aprendizado. Aprender para fazer alguma coisa para o futuro, aprender cada vez mais, e entrar no mercado de trabalho.” (Sujeito 2)

Além de o programa ter como objetivo a oferta de uma renda mensal, tem também como finalidade o compromisso com o setor de trabalho (equipe, colegas e funcionários), a socialização de conhecimento através das atividades extras, bem como o estímulo à convivência social, e uma formação geral para o mundo do trabalho por meio do desenvolvimento das atividades dentro e fora dos setores. O sujeito 2 fala da importância do aprendizado para entrar no mercado de trabalho. Bock *et al* (2001) fazem referência que a fase da adolescência/juventude está “caracterizada pela aquisição de conhecimentos necessários para o ingresso do jovem no mundo do trabalho”. E isso acontece porque vivemos no mundo capitalista, que exige qualificação extrema para ser um profissional criativo diante da tecnologia advinda, desde o processo de industrialização. Esse aprendizado poderá ser de diversas formas, mas é um processo de superespecialização que tornará tardio o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Só que para muitos jovens da classe mais baixa a especialização ocorre juntamente com a inserção no trabalho, pois a condição financeira, que é mínima, não permite esse adolescente e/ou jovem só estudar e se preparar. Temos o exemplo de uma adolescente que ingressou no programa para se especializar fazendo curso de inglês, porque só com o dinheiro da mãe não seria possível.

A segunda questão referiu-se sobre o que o adolescente mais gosta de participar no programa. Com as respostas, observamos que a maioria gosta de todas as atividades oferecidas, porém a que mais chama a atenção é o setor que está inserido de segunda a terça-feira e de quinta a sexta-feira, proporcionando aos adolescentes trabalharem juntos, de poder adquirir aprendizado, de conhecer e conviver com novas pessoas. E das reuniões que são ministradas todas as quartas, pois elas potencializam várias dinâmicas, abordam várias temáticas (Ex.: Drogas, Gravidez na adolescência, Deveres, Regras

etc.), reúnem todos os adolescentes em grupo, possibilitando a convivência, o aprendizado, bem como conhecer pessoas diferentes e valorizar as amizades.

Isto é, os adolescentes, ao optar por gostarem mais dos setores e da reunião e porque nesse meio poderão estar em grupo, que conseqüentemente vai poder conviver e permitir conhecer novas pessoas, aprender e cultivar a amizade. Brun (2007) *apud* Ferreira (2010) remete que o adolescente tem a necessidade essencial de estar com o outro.

Para confirmar essa análise, o Sujeito 3 afirma que gosta

“De tudo. Do meu setor, eu conheço muitas pessoas, eu aprendo mais sobre o Serviço Social. Aqui também, nas reuniões, que tem gente também. A gente aprende e convive com muita gente.” (Sujeito 3)

E o sujeito 4, com uma frase, resume a fala de todos os sujeitos quanto ao que prefere participar no programa.

“A gente vai aprendendo como são os setores,... aprendemos a valorizar a amizade e a reunião também.” (Sujeito 4)

A terceira pergunta indaga se a vida do adolescente, ou da família, melhorou em alguma coisa, depois de ingressar no programa.

A grande maioria dos adolescentes responderam que melhorou a condição financeira, pois com os R\$130, 00 que recebem, emprestam o dinheiro, e ajudam a mãe a comprar alguma coisa para pôr dentro de casa, compram roupas, o que quiserem. Porém um deles, na sua visão, falou que continua a mesma coisa, porque o dinheiro é para ele.

Outros adolescentes referem-se à melhoria da sua vida, depois de entrar no programa, com relação ao aprendizado no setor onde trabalham, à oportunidade de conhecer mais pessoas, conseguir mais amizade e poder fazer alguma coisa, porque antes ficavam mexendo no celular, sem fazer nada e dormiam tarde; agora têm compromisso e responsabilidade. Um adolescente destacou que o programa fez com que ele amadurecesse, e o tornou mais independente.

Entretanto, houve adolescentes que responderam essa questão para o lado do convívio familiar, o quanto ele melhorou.

“Melhorou bastante, não somente por causa do dinheiro, por tudo, porque depois que eu comecei a trabalhar aqui, eu tive menos briga em casa do que antes, eu tinha mais briga em casa, mais tempo.” (Sujeito 5)

“Melhorou. Porque antes eu ficava só trancada dentro do quarto, e não falava com ninguém, e hoje em dia eu já saio, converso com os meus parentes e tal. Ficava isolada mesmo, aí depois que eu entrei tipo que me libertei um cadinho.” (Sujeito 6)

“Sim. O convívio, porque antigamente eu ficava só na rua, aí depois que eu entrei no Guarda Mirim eu fiquei mais em casa conversando com a minha família, aprendo cada vez mais.” (Sujeito 2)

Diante dos relatos acima, podemos confirmar o objetivo do programa com relação à família e ao adolescente, que é o de fortalecer o convívio familiar, bem como o comunitário. Pois o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, além de ofertar programa, serviços, projetos com o enfrentamento da pobreza, já tem como foco a família e seus membros. Desde 1960, a família deixa de ser só um mecanismo corporativo e passa a ser

...valorizada como ambiente de relacionamento afetivo onde a interdependência permite a cada um se descobrir enquanto indivíduo, definir ele mesmo seus pertencimentos, e criar uma identidade pessoal independente da que outros tentam lhe impor. Em outras palavras, a família é valorizada enquanto um espaço de vida íntima, voltado para a autonomização e individualização das pessoas. (Cardarello; Fonseca, 2010, p. 217)

A NOB-SUAS (2005) compreende que as ações de proteção social de assistência social para a família devem ter uma perspectiva de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Ora, assim tem sido o programa Guarda Mirim. Ele tem estreitado os laços e vínculos entre os familiares, que concomitantemente tem proporcionado uma qualidade de vida, mesmo sendo mínima, mas é melhor de que antes, como falaram, e o acesso aos direitos humanos e sociais.

A última pergunta está relacionada com as perspectivas de futuro, se os adolescentes pensam e imaginam como eles vão ser futuramente. Todos pensam no futuro, o que pretendem fazer, e alguns já sabem qual profissão seguir, mas antes de começar a trabalhar pretendem estudar, cursar uma faculdade, concluir o ensino superior. As respostas sobre as profissões foram diversas, devido às peculiaridades da verbalização de cada um. Portanto, as profissões pronunciadas foram: Policial Federal e Militar, Enfermeira, Médica, Pediatra, Bombeiro, Músico, Educador Físico, Modelo e Compositor.

Os adolescentes que não têm em mente qual profissão querem seguir, sonham em ter um excelente emprego, pensam alto, em ter uma condição financeira boa, ter um futuro melhor para os filhos, uma casa própria, entre outros.

Bock *et al* (2001), em sua literatura, trazem a ideia de que os indivíduos da classe pobre antes do capitalismo não escolhiam a profissão que almejavam trabalhar, mas trabalhavam no que seu avô, pai, fazia. Exemplo: Se o pai era senhor, o filho se tornava senhor; se era servo, seria servo. Com o advento do capitalismo isso mudou. Agora os sujeitos passam a ter o livre arbítrio de escolher a profissão que tanto desejam seguir, vendendo sua força de trabalho. Só que com essa mudança de um sistema para o outro, o mesmo que possibilitou o pobre de escolher em que trabalhar, não garantiu a ele um espaço no mercado de trabalho de graça, e para isso ocorrer é necessário que o indivíduo estude, se especialize, corra atrás do seu sonho, se aperfeiçoando dia após dia. Lutar precisa ser o seu lema para conseguir um bom emprego. Os adolescentes entrevistados sabem bem disso, pois a maioria deles responderam que para ser alguém no futuro precisam estudar, estudar e estudar.

No entanto, dois adolescentes relataram que planejavam ser jogadores de futebol, só que não foi possível realizar esse sonho, porque em “São Fidélis não tem nada”, como diz um. Por isso já planejam seguir outra carreira. Ora, já podemos observar que o território desses adolescentes é um espaço que não mobiliza “ativos”<sup>22</sup> para que eles planejem um futuro como anseiam. A taxa de empregos no município de São Fidélis não cresce. Muitos habitantes moram no município, mas trabalham em outro lugar.

A Constituição Federal de 1988 deixa claro que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir a profissionalização dos jovens. Dessa forma, todos devem trabalhar juntos para disponibilizar os recursos necessários para que esses adolescentes que estão caminhando para ser um jovem adulto consigam ter uma vida e um trabalho digno para evitar qualquer vulnerabilidade social em sua vida e na da sua família.

Sem dúvida, o Programa Guarda Mirim Municipal, ao oferecer as atividades para os adolescentes, o espaço em que eles trabalham, potencializam na vida dos mesmos uma reflexão sobre a própria vida no presente e no futuro. Para confirmar essa afirmação dois adolescentes responderam que

---

<sup>22</sup> Vide significado na página 29 desse trabalho.

“Penso em trabalhar, ter meu próprio dinheiro, minha própria casa. Eu não sei o que eu quero fazer ainda. Estou estudando. E o programa ajuda a gente pensar no que a gente quer, mas eu não sei ainda.” (Sujeito 7)

“O Programa me faz pensar no meu futuro, porque em algumas reuniões um dos instrutores faz a gente raciocinar um pouco, porque ele mesmo começou quando era novinho no Guarda Mirim, e o que ele é hoje, então, eu penso que assim como ele começou aqui, eu posso também dar um avanço mais pra frente. Estou indecisa com as profissões que eu quero fazer, mas acho que eu quero medicina, porque meu pai é enfermeiro, e também trabalha embarcado, e quando ele vem pra cá, ele é enfermeiro no hospital lá de Campos, eu me inspirei um cadinho nele.” (Sujeito 6)

Bock *et al* (2001) afirmam que a escolha de uma profissão, que vai fazer parte da sua vida por um bom tempo, é um momento que para o jovem torna-se um conflito, pois há uma incerteza, medo, influências sociais, componentes pessoais e limites, ou possibilidades no caminho dessa conquista, porém a profissão não é a essência para construir um futuro, mas todos os adolescentes entrevistados correlacionaram a profissão, um emprego, com o futuro.

## Conclusão

Ao final deste trabalho repensamos os objetivos iniciais que fundamentaram o estudo ora apresentado, que buscou conhecer as perspectivas de futuro e compreender a situação de vulnerabilidade dos adolescentes inseridos no Programa Guarda Mirim Municipal, assimilando o que o programa contribui na vida desses adolescentes, examinando a proteção social oferecida pela família, bem como conhecer quais os mecanismos de proteção social, o território, tem ofertado para os adolescentes enfrentarem a vulnerabilidade social.

Ao percorrer o caminho da História, da Economia, do nosso contexto social, no sistema capitalista em que estamos inseridos, o futuro desses adolescentes vai ser repleto de problemas se eles não lutarem por uma ordem societária diferente e equânime. As consequências são a reprodução social do desemprego, a má distribuição de renda, a saúde, a educação e a habitação precária, a pobreza, a desigualdade e outros.

Esses determinantes sociais que interferem na vida dos sujeitos no presente poderão interferir no futuro, caso esses sujeitos não possuam mecanismos de defesa para enfrentar a vulnerabilidade social. Segundo Iamamoto (2008), a sociabilidade, o cotidiano, a subjetividade e a identidade dos indivíduos acabam sendo atingidos pelo capital através das expressões da questão social imbricadas na sociedade. Essa dura realidade, subordinada pelas regras capitalistas, acarreta nos projetos de vida dos sujeitos.

O território precisa ser um mecanismo de defesa para os sujeitos, um lugar que ofereça educação pública, saúde, oportunidades de emprego, geração de mais riqueza, esporte, lazer, habitação etc., para que os problemas não perdurem na vida desses adolescentes e nem naturalizem as vulnerabilidades. Para isso, os adolescentes precisam conhecer conscientemente o território e o que ele tem proporcionado para o seu crescimento, desenvolvimento, pois só através do conhecimento, da informação, que os cidadãos podem exigir os seus direitos, impedindo que limitem a perspectiva de futuro.

Outro mecanismo de proteção social é a política social, o programa. Ambos têm a capacidade de prevenir, atender às necessidades dos indivíduos, bem como promover um estágio de reflexão, pois ao entrevistar os adolescentes percebemos o quanto eles refletem sobre a vida e o seu futuro, afirmando que percorrendo o caminho dos estudos poderão conquistar um excelente emprego que almejam, para potencializar uma qualidade de vida no futuro.

A PNAS (2004) afirma que “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.”

No que se refere à proteção, observamos nas falas que os adolescentes podem contar com a proteção primária, pois suas famílias estão presentes, estreitando o vínculo familiar; o programa de fato tem colaborado mutuamente com essa ajuda, pois despertou nos adolescentes a importância de estar com a família. A proteção material é pouca, por isso participam do programa, pois ao receber o dinheiro podem consumir para sanar necessidades e até ajudar a família com as despesas.

O PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, em 2006, enfatiza que para a família ter a capacidade de desempenhar o seu papel precisa acessar aos direitos universais de saúde, educação e outros, pois os dois interligados possibilitarão que as funções afetivas e socializadoras estejam presentes na família, para juntos superarem as vulnerabilidades. Dessa maneira, Carvalho (1998) afirma que “a solidariedade familiar e o serviço coletivo funcionam em complementariedade e não podem substituir-se um ao outro.”

A falta da proteção social secundária, no que tange à saúde, ao esporte, ao lazer, à educação superior, a oportunidades profissionais, dentre outros. Alguns adolescentes tiveram que desistir da sua carreira profissional porque o município não investe, outros vão precisar cursar o ensino superior e até trabalhar em outro município, porque a cidade não tem o curso e o trabalho desejados.

A precarização de algumas dessas proteções sociais pode apresentar alguma carência, instabilidade na vida desses adolescentes, sendo eles mais propensos a não conseguirem transcender a realidade em que vivem.

Como exposto em suas falas, todos os adolescentes pensam no seu futuro com uma perspectiva de conquistar uma estabilidade profissional e econômica. Não pensam baixo só por serem de família de classe pobre, mas acreditam que podem alcançar os seus objetivos e sonhos, através dos estudos. Segundo Alves (1997) *apud* Ozella (2002), os jovens trabalhadores encaram o futuro como um desafio que depende muito de seu esforço pessoal e de seu sucesso nos estudos.

Dessa forma, afirmamos o quanto a família, os amigos, o programa, as instituições, a sociedade, o território e outros influenciam de forma positiva e/ou negativa na vida dos adolescentes.



A família, os amigos, o programa, as instituições que cercam a vida dos adolescentes tem influenciado positivamente, tanto que nas respostas os adolescentes falaram que a família e os amigos incentivaram a inserção deles no programa, já as instituições que eles frequentam e o programa, levam-nos a refletir sobre a vida presente e a futura.

Ora, mesmo o território não ampliando as condições de mobilidade social para os adolescentes, os mesmos não desanimam, não desistem de lutar por um futuro desvinculado das vulnerabilidades.

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos. (MONTEIRO, 2011, p. 35)

Entretanto, os adolescentes entrevistados têm grandes perspectivas de vida, pensam em um futuro diferente do presente. Ora, para que os adolescentes tenham uma trajetória de vida com qualidade, desenvolvimento integral, com direitos assegurados, com sonhos realizados, o governo, os atores responsáveis, o território, a família e a sociedade precisam disponibilizar oportunidades, recursos materiais ou simbólicos, habilidades, dentre outros, para que eles tenham liberdade de escrever e concretizar a sua história do jeito que planejaram, com segurança.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005. 447 p.
- ALMEIDA, H. M. *Participação e representação popular*. Revista Imes. julho/dezembro, 2004, p. 26-31.
- AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. *et. al.* (org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Enfoque Territorial: Famílias e Proteção Social. In: *Famílias em Territórios Vulneráveis: Um estudo sobre proteção social em grupos populares*. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2015, p. 89-114.
- BACHA, E. L.; BONELLI, R. *Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 3 (99), julho-setembro/2005, p. 163-189.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 99-122.
- BOCK, A. M. *et al.* *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, – 17. Ed. Brasília: 405 p. – (Série textos básicos, n. 25).
- BRASIL. Lei nº. 8.069/90. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.
- BRASIL. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, 2006. Disponível em: [www.sdh.gov.br](http://www.sdh.gov.br). Acesso em 28/06/2016.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, D.F., 2005.

BRITES, C. M. Valores, ética, direitos humanos e lutas sociais. *In: Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000. 81p.

CARVALHO, M. do C. B. *et al. Serviços de proteção social às famílias*. São Paulo: IEE/ PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

COELHO, M. I. S. *et al. Serviço Social e Criança e Adolescente: a produção do conhecimento na FASSO/UERN (1990/2011)*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró: UERN, 2012. Edições UERN, 337f.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Notas sobre cidadania e modernidade*. Praia vermelha, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.145-166, 1º sem. 1997.

COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. *Revista de Psicanálise*, ano XVII, n. 181, março/2005.

DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. Adolescência e juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. 340 p.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A. Adolescência através dos Séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. São Paulo, Vol. 26, n. 2, p. 227-234, Abr./Jun. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JACCOUD, L.; HADJAB, P. D. E. & ROCHT, J. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social. *In: CASTRO, J. A.; AQUINO, I. M. C. & ANDRADE, C. C. (Orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil*. p. 167-191. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: 06/07/2016.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

KAUCHAKJE, S. *Gestão Pública de Serviços Sociais*. Curitiba: IBEPX, 2007.

KOWARICK, L. Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. nº 63. Julho/2002. p. 9-30.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*. Pelotas: 17(2): 29-40, jul./dez. 2011.

MOTTA, Ana Elizabeth. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETO, W. N. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *In: Serviço Social & sociedade*. n° 83 – ano XXVI – setembro 2005, p. 5-29.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo, v.1, n. 3, 2° sem./1996, p. 1-5.

OLIVEIRA, I. M. Direitos, cultura de direitos e assistência social. *In: Conferência mundial sobre direitos do homem, 2. 1993. Viena. Serviço Social & Sociedade*. n° 89 – Ano XXVII – março de 2007, p. 5-30.

OUTEIRAL, J. *Adolescer: estudos revisados sobre adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (Orgs.). Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 16-24.

PIQUET, R. Os marcos da intervenção do Estado no Urbano. *In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento urbano em questão: textos didáticos. 2. Ed.* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001, p. 11-39.

RASSIAL, J. J. *A passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. 198 p.

ROCHA, M. L. Contexto do adolescente. *In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (Orgs.). Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 25-32.

SÃO FIDÉLIS. *DECRETO N° 1.906*. Ementa: Regula a Lei n° 863, de 09 de abril de 2001.

SÃO FIDÉLIS. *DECRETO N° 2.271*. “Cria vagas de Agente Mirim”, de 17 de fevereiro de 2006.

SÃO FIDÉLIS. *DECRETO N° 3.073*. Ementa: Regulamenta a Lei n° 1.386/2013, de 23 de dezembro de 2013.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 863*. “Cria AGÊNCIA MIRIM MUNICIPAL e dá outras providências”, de 09 de abril de 2001.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 886*. “Cria vagas de Agente Mirim Municipal”, de 23 de agosto de 2001.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 1.055*. Ementa: reajuste “pro-labore” de Agente Mirim, de 21 de maio de 2005.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 1.070*. Ementa: Altera a Lei n° 863/2001, de 30 de setembro de 2005.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 1.136*. Ementa: reajuste “pro-labore” de Agente Mirim, de 06 de junho de 2007.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 1.266*. Ementa: reajuste “pro labore” de Agente Mirim, de 10 de fevereiro de 2011.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 1.352*. Ementa: reajuste “pro labore” de Agente Mirim, de 16 de abril de 2013.

SÃO FIDÉLIS. *Lei N° 1.386*. “Cria o Programa GUARDA MIRIM MUNICIPAL e dá outras providências”, de 20 de dezembro de 2013.

SÃO FIDÉLIS. Plano Municipal de Assistência Social – PMAS/Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania. Dezembro de 2013.

SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolin. Vulnerabilidade Social, abordagem territorial e proteção na política de Assistência Social. *Revista de Serviço Social*. Londrina, v. 16, n. 1, p. 143-166, jul/ dez. 2013.

YAZBEK, M. C., 1998. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. *Serviço Social e Sociedade*, XIX (56). p. 50-59.

**APÊNDICES:**

## Roteiro Pré-fixado da entrevista qualitativa

- 1 – Porque você veio participar do programa Agente Mirim?
- 2 – Você gosta de participar desse programa?
- 3 – Depois que entrou no programa, a sua vida e a da sua família melhoraram em alguma coisa?
- 4 – Você costuma pensar no seu futuro? Se sim, como você o imagina?